

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

SÉRGIO ARI DIAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: Um estudo da distribuição do valor agregado nas dez maiores empresas distribuidoras de energia elétrica do Brasil.

Florianópolis
2015
SÉRGIO ARI DIAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: Um estudo da distribuição do valor agregado nas dez maiores empresas distribuidoras de energia elétrica do Brasil.

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré - requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof^o Dr. Sérgio Murilo Petri

Florianópolis

2015

SÉRGIO ARI DIAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: Um estudo da distribuição do valor agregado nas dez maiores empresas distribuidoras de energia elétrica do Brasil.

Esta monografia foi apresentada no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota final _____ atribuída pela banca examinadora, constituída pelo professor orientador e os membros abaixo mencionados.

Florianópolis, SC, 18 de novembro do ano de 2015

Prof. Dr. Marcelo Haendchen Dutra

Coordenador (a) de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a mesa:

Prof^o Dr. Sérgio Murilo Petri

Orientador

Prof^o Dr. Marcelo Haendchen Dutra

Membro

Prof^a Dra. Rita de Cássia C. Pepinelli Camargo

Membro

Florianópolis, 2015

EPIGRAFE

*“Eu prefiro flores na minha mesa
que diamantes em um cofre”*

(Autor desconhecido)

DEDICATÓRIA

*Para minha esposa Neuza e minhas
filhas, Úrsula, Dayse e Helena.*

AGRADECIMENTOS

Em se tratando de aprender, um dia, em algum lugar, avaliaremos não só o que fizemos, mas também o que deixamos de fazer quando era possível.

Portanto, obrigado ao meu orientador professor Sérgio Petri, a todos os colegas que tive oportunidade de conhecer e partilhar momentos durante o curso de graduação em Ciências Contábeis.

Não posso dispensar agradecimentos a minha esposa e filhas, pela compreensão dos momentos de ausência.

Agradeço a Deus, pela vida e a oportunidade de cursar Ciências Contábeis na Universidade Federal de Santa Catarina.

Não posso deixar de agradecer a todo o corpo docente que tive a oportunidade de conhecer e que me partilharam momentos de aprendizagem.

RESUMO

DIAS, Sérgio Ari. **Demonstração do Valor Adicionado:** Um estudo da distribuição do valor agregado nas dez maiores empresas distribuidoras de energia elétrica do Brasil. 2015, 55f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

A geração de informações contábeis em uma empresa de distribuição de energia elétrica, por meio das demonstrações contábeis mostram o lucro e a destinação do lucro é de suma importância, isto quer dizer que além de informar os lucros, as empresas têm a responsabilidade social de informar aos seus usuários como estes são utilizados de forma a beneficiá-los. São apresentados levantamentos de dez empresas distribuidoras de energia elétrica no Brasil, com a finalidade de avaliar os lucros e gastos destas empresas com seus usuários e a sociedade como um todo. As principais fontes de coleta foram os livros, revistas científicas, jornais, artigos científicos, monografias e textos publicados na Internet. O presente trabalho constitui-se como uma pesquisa descritiva usando procedimentos de pesquisa bibliográfica e análise documental com abordagem qualitativa e por meio de uma pesquisa levantamento foi realizada a coleta de dados. A pesquisa teve como objetivo investigar como se dá a distribuição do valor agregado para governo, pessoal, terceiro e acionistas. Como resultado do estudo, conclui-se que as empresas têm como média de seu valor agregado em 50% da receita total da DVA. O valor agregado pelas empresas são distribuídos para os elementos governo, pessoal, terceiros e acionistas. No período da pesquisa esses elementos apresentaram o seguinte resultado: O governo apresentou redução no período pesquisado, embora tenha o maior percentual de destinação com média de 68%, terceiros teve a segunda destinação e média de 15%, com crescimento constante. Pessoal teve a terceira destinação e média de 10%, também apresenta crescimento constante. Acionistas teve a menor participação com média 8% e teve oscilações de distribuição de valor agregado entre 0% a 14%, no período da pesquisa.

Palavras chave: Contabilidade. Valor agregado. Distribuidoras de energia elétrica.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Agência Nacional de Energia Elétrica.....	ANEEL
Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica.....	ABRADEE
Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo.....	BM&FBOVESPA
Comitê de Pronunciamentos Contábeis.....	CPC
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico.....	CIDE
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.....	CONFIS
Contribuição Social sobre Lucro Líquido.....	CSLL
Demonstração do Resultado do Exercício.....	DRE
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.....	FGTS
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica.....	IRPJ
Imposto Predial e Temporal Urbano.....	IPTU
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços.....	ICMS
Imposto sobre Exportação.....	IE
Imposto sobre Importação.....	II
Imposto sobre Produtos Industrializados.....	IPI
Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores.....	IPVA
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.....	ISQN
Instituto Nacional de Seguridade Social.....	INSS
Juros sobre Capital Próprio.....	JCP
Produto Interno Bruto.....	PIB
Programa de Integração Social.....	PIS

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Amostra das 10 maiores empresas distribuidoras de energia elétrica do Brasil	6
Quadro 2:Distribuição Das 10 Maiores Empresas De Distribuição De Energia Elétrica, Sob Aspectos Privado E Públicas Estaduais, Em 2014.....	6
Quadro 3:Demonstração da DVA (Geração da Riqueza).....	18
Quadro 4:Demonstração da DVA (Distribuição da Riqueza)	19
Quadro 5:Comparação das pesquisas correlatas ou similares à pesquisa.....	26

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Cálculos dos percentuais destinados pelo valor adicionado.....	8
--	---

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Elementos que compõem a geração de valor de uma entidade.....	17
Figura 2: Elementos que compõem a distribuição do valor de uma entidade	18

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Valor adicionado por empresa em 2010.....	30
Gráfico 2: Destinação do valor adicionado por empresa em 2010.....	31
Gráfico 3: Valor adicionado por empresa em 2011.....	32
Gráfico 4: Destinação do valor adicionado por empresa em 2011.....	34
Gráfico 5: Valor adicionado por empresa em 2012.....	35
Gráfico 6: Destinação do valor adicionado por empresa em 2012.....	37
Gráfico 7: Valor adicionado por empresa em 2013.....	39
Gráfico 8: Destinação do valor adicionado por empresa em 2013.....	40
Gráfico 9: Valor adicionado por empresa em 2014.....	42
Gráfico 10: Destinação do valor adicionado por empresa em 2014.....	43
Gráfico 11: Distribuição média do valor adicionado por categoria no período de 2010 a 2014.....	45
Gráfico 12: Distribuição média do valor adicionado por categoria no período de 2010 a 2014.....	47

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 TEMA E PROBLEMA	1
1.2 OBJETIVOS	2
1.2.1 Objetivo Geral	2
1.2.2 Objetivos Específicos.....	2
1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	3
1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA	4
1.4.1 Enquadramento Metodológico.....	4
1.4.2 Amostra do Estudo.....	5
1.4.3 Análise dos Dados.....	7
1.5 DELIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	8
1.6 ESTRUTURA E DESCRIÇÃO DO TRABALHO.....	9
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
2.1 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	11
2.2 ORIGEM DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	13
2.3 VALOR ADICIONADO.....	15
2.4 REMUNERAÇÃO E ENCARGOS COM PESSOAL.....	20
2.5 GOVERNOS	21
2.6 CAPITAL DE TERCEIROS.....	23
2.7 ACIONISTAS	23
2.8 PESQUISAS SIMILARES OU CORRELATAS.....	24
3.1 VALOR AGREGADO POR EMPRESA - ANO 2010.....	29
3.1.1 Destinação do valor agregado por elemento - ano 2010.....	30
3.2 VALOR AGREGADO POR EMPRESA - ANO 2011.....	32
3.2.1 Destinação do valor agregado por elemento - ano 2011.....	33
3.3 VALOR AGREGADO POR EMPRESA - ANO 2012.....	35
3.3.1 Destinação do valor agregado por elemento - ano 2012.....	36
3.4 VALOR AGREGADO POR EMPRESA - ANO 2013.....	38
3.4.1 Destinação do valor agregado por elemento - ano 2013.....	40
3.5 VALOR AGREGADO POR EMPRESA - ANO 2014.....	41
3.5.1 Destinação do valor agregado por elemento - ano 2014.....	43
3.6 DISTRIBUIÇÃO MÉDIA POR ELEMENTO - 2010 A 2014	44
3.6.1 Governo.....	45
3.6.2 Terceiros.....	45

3.6.3 Pessoal	46
3.6.4 Acionistas	46
3.7 EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR AGREGADO POR ELEMENTO.....	47
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
4.1 CONCLUSÕES.....	49
4.2 SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS	51
REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade, como uma ciência social aplicada, tem como princípio dar informações seguras com relação ao conhecimento da situação patrimonial, financeira e econômica das empresas, pois, isto é um compromisso social estabelecido pelas mesmas aos seus usuários, e a demanda está aumentando, e a responsabilidade perante a sociedade na qual está inserida deve acompanhar este crescimento.

Neste contexto, surge a demanda por informações auxiliando os gestores das empresas de distribuição elétrica no Brasil, bem como o gerenciamento dos custos e melhorar a qualidade e eficiência das atividades por meio da análise dos gastos dos valores arrecadados por estas, sendo assim, a informação contábil pode ser um fator determinante no que tange esta questão.

Apresentar-se-á uma abordagem das características comuns das empresas estudadas, das informações requeridas pelos diversos usuários e das características que revestem a informação contábil com a finalidade de agregarem estas informações ao valor no processo decisório. Em seguida é realizada uma abordagem acerca das leis que regem o tema do trabalho, e os resultados das leis, bem como aplicações do que estas empresas arrecadam.

A partir da entrada em vigor da Lei 11.638 em 28 de dezembro de 2007, que altera e revoga dispositivos da Lei 6.404 de 1976, conhecida como Lei das Sociedades por Ações, torna-se obrigatória para as empresas de capital aberto a publicação anual da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que antes da publicação da referida lei era publicada de forma voluntária.

A DVA, que é parte integrante do Balanço Social, supre a necessidade de mostrar a sociedade, bem como aos gestores da empresa como a riqueza adicionada é distribuída aos seus principais elementos que contribuíram para sua formação.

Na DVA a empresa é vista não somente sob o enfoque econômico, mas também pelo enfoque social, demonstrando sua atuação socioeconômica pela elaboração e publicação da DVA, conforme determina a legislação vigente no Brasil.

1.1 TEMA E PROBLEMA

A Ciência Contábil procura atender de forma a desenvolver relatórios, sejam de lucros ou gastos, para informar aos usuários, e a sociedade, no intuito de que possam obter informações adequadas. O presente estudo abordará o lucro e a destinação destes aos usuários e como podem ser beneficiados. A partir de 2008, com a implementação da Lei 11.638 de dezembro de 2007, surge a DVA. Neste sentido o tema a ser desenvolvido no trabalho é qual o valor agregado das dez maiores empresas brasileiras de distribuição de energia elétrica e como são distribuídos para os elementos beneficiados.

A Agência Nacional Energia Elétrica (ANEEL) determina em seus pareceres de orientação nº 15/87 e nº24/92 da CVM, a obrigatoriedade da publicação da DVA das empresas de distribuição de energia elétrica, com a finalidade de mostrarem como é a distribuição da riqueza agregadas. Portanto, é com base na DVA das empresas de distribuição de energia elétrica que se procede à análise e avaliação do valor agregado é distribuído entre os seus beneficiados.

É nesse contexto, em que cresce a demanda social por informações sobre a DVA pelas empresas de distribuição de energia elétrica, que o presente trabalho pretende esclarecer: **Como é distribuído o Valor Agregado pelas dez principais empresas de energia elétrica do Brasil para os elementos beneficiados?**

1.2 OBJETIVOS

Com o objetivo de responder à pergunta proposta no presente estudo, foram delineados o objetivo geral e os objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do estudo é verificar o destino do Valor Agregado pelas dez maiores empresas de distribuição de energia elétrica do Brasil com ações negociadas na BM &FBOVESPA.

1.2.2 Objetivos Específicos

São objetivos específicos:

- Levantar o valor agregado gerado pelas empresas;

- Identificar a destinação do valor agregado das dez maiores empresas distribuidoras de energia elétrica do Brasil;
- Mostrar como se dá distribuição do Valor Agregado, em percentuais, pelas empresas para cada elemento beneficiado.

1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Segundo Vanzella e Queiroz (2015), no setor elétrico brasileiro estão ocorrendo transformações que são verdadeiros desafios para os administradores das empresas. A competitividade é introduzida por meio da desverticalização, cancelamento de subsídios aos gastos e participantes privados, dentre outros, forçando as empresas participantes desta indústria a buscar maior eficiência e produtividade.

Nesse ambiente, há demanda por informações que possam auxiliar a gerenciar custos e melhorar a qualidade e eficiência das atividades e processos.

Ainda para Vanzella e Queirós (2015), A regulação para o funcionamento do setor elétrico brasileiro estabelece procedimentos para a contabilização. As firmas individuais, autarquias, pessoas jurídicas de direito público e privado e Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica devem adotar o Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pelo órgão regulador, a ANEEL.

O Plano de Contas observa a estrutura do setor elétrico e, a cada modificação desta, recebe alterações que possibilitam demonstrá-la. Com a desverticalização do setor, a estrutura contempla a realização das atividades de geração, transmissão e distribuição por empresas diferenciadas, enquanto a comercialização (venda de energia elétrica) pode ou não ser realizada por empresa constituída unicamente para esse fim (ABRADEE, 2015).

A regulação para o funcionamento do setor elétrico brasileiro estabelece procedimentos para a contabilização. As firmas individuais, autarquias, pessoas jurídicas de direito público e privado e Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica devem adotar o Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pelo órgão regulador, a ANEEL.

A questão pessoal ponderou na escolha do tema como uma forma de adicionar conhecimento sobre as práticas sociais destas empresas, como também pela facilidade

no acesso às informações para a abordagem do tema.

Neste sentido, o trabalho tem como justificativa o que as ciências contábeis têm como atividades o entendimento do custo e desempenho das atividades significativas e o rastreamento das atividades para os objetos finais de custo, como produtos, clientes e funções nas empresas distribuidoras de energia elétrica no Brasil.

1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este tópico tem como objetivo demonstrar como a pesquisa foi realizada e qual o método utilizado no seu decorrer, apresentando o enquadramento metodológico adequado para a forma de obtenção da amostra do estudo e a análise dos dados.

1.4.1 Enquadramento Metodológico

Para a construção do referencial teórico, utilizou-se pesquisa bibliográfica, e utilizando como base livros, revistas científicas, jornais, artigos científicos, monografias e textos publicados na Internet.

De acordo com Gil (2002, p. 44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em materiais já elaborados como livros e artigos científicos e tem como vantagem a possibilidade da dupla cobertura de uma gama de fenômenos”.

O presente trabalho classifica-se como uma pesquisa descritiva.

De acordo com Beuren (2008, p.80) com uma pesquisa descritiva "busca-se conhecer o assunto com maior profundidade, de modo a torná-lo mais claro, ou construir questões importantes para a condução da pesquisa". Segundo Gil (2002, p.42) "As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, então, o estabelecimento de relações entre variáveis". Dessa forma, o trabalho proporcionará conhecimento da questão e no contexto da amostra utilizada que irá descrever como as dez principais empresas de distribuição de energia elétrica do Brasil destinam o valor agregado entre os elementos beneficiados.

Quanto ao método de abordagem utilizado no trabalho classifica-se como

qualitativo.

A pesquisa qualitativa, segundo Beuren (2008), aborda um problema por uma forma adequada para conhecer a natureza de um fenômeno social. Para Richardson (1999, apud Beuren), ocorre a quantificação dos dados para a coleta de informações, portanto o presente trabalho utilizará a análise quantitativa dos dados para investigar qual o percentual dos lucros agregados serão destinados aos elementos beneficiados e como se dá esta distribuição.

A coleta de dados está baseada na pesquisa documental que se deu por meio da análise das Demonstrações do Valor Adicionado dos anos de 2010 a 2014, publicadas e disponíveis no site da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA).

Para Marconi e Lakatos (apud Beuren, 2008), entende-se que a pesquisa documental é aquela em que a "fonte de coleta de dados está restrita em documentos escritos ou não se constituindo o que denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois".

A fonte dos dados pesquisados caracteriza-se como secundária, pois foram utilizados dados coletados nos demonstrativos financeiros, divulgadas pelas empresas participantes da amostra definida no estudo.

Segundo Beuren (2008), tem-se que os dados secundários são aqueles obtidos de contribuições já publicados sobre o tema.

1.4.2 Amostra do Estudo

Para elaboração da amostra da pesquisa, foi utilizado o *site* da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE), no dia 26 de março de 2015. Como critério de classificação foram utilizados as 10 maiores empresas distribuidoras de energia elétrica em número de consumidores juntamente com o critério de possuir ações na BM & FBOVESPA.

Quanto ao horizonte temporal compreendeu os anos de 2010 a 2014, tendo como fonte da pesquisa o sítio eletrônico da BM & FBOVESPA, que disponibiliza para a sociedade de forma padronizada os demonstrativos financeiros utilizados.

Logo, diante da exclusão já citada, a amostra ficou definida para as 10 maiores empresas distribuidoras de energia elétrica do Brasil em número de consumidores, conforme Quadro a seguir:

Quadro 1: Amostra das 10 maiores empresas distribuidoras de energia elétrica do Brasil

EMPRESAS	SIGLAS	UF	Nº DE CONSUMIDORES
Companhia Energética de Minas Gerais	CEMIG	MG	7.936.965
Metropolitana Eletricidade de São Paulo	ELETROPAULO	SP	6.699.648
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	COELBA	BA	5.565.729
Light Serviços de Eletricidades	LIGHT	RJ	4.221.622
Companhia Paulista de Força e Luz	CPFL	SP	4.077.555
Companhia Energética de Pernambuco	CELPE	PE	3.428.012
Companhia Energética do Ceará	COELCE	CE	3.294.792
Centrais Elétrica de Santa Catarina	CELESC	SC	2.686.415
Centrais Elétrica do Pará	CELPA	PA	2.716.002
Companhia Paranaense de Energia	COPEL	PR	4.326.952

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

1.4.3 Distribuidoras de Energia Elétrica e a Origem de Capital

Segundo a ABRADDEE (2015), o sistema de distribuição de energia é aquele que se confunde com a própria topografia das cidades, ramificado ao longo de ruas e avenidas para conectar fisicamente o sistema de transmissão, ou mesmo unidades geradoras de médio e pequeno porte, aos consumidores finais da energia elétrica.

A conexão, o atendimento e a entrega efetiva de energia elétrica ao consumidor do ambiente regulado ocorrem por parte das distribuidoras de energia. A energia distribuída, portanto, é a energia efetivamente entregue aos consumidores conectados à rede elétrica de uma determinada empresa de distribuição, podendo ser rede de tipo aérea (suportada por postes) ou de tipo subterrânea (com cabos ou fios localizados sob o solo, dentro de dutos subterrâneos). Do total da energia distribuída no Brasil, dentre as Distribuidoras associadas à ABRADDEE, o setor privado é responsável pela distribuição de aproximadamente 70% da energia, enquanto as empresas de economia mista se responsabilizam por, aproximadamente, 30%.

Quadro 2: Distribuição Das 10 Maiores Empresas De Distribuição De Energia Elétrica, Sob Aspectos Privado E Públicas Estaduais, Em 2014.

Empresas distribuidoras	Economia Mista	Privadas
-------------------------	----------------	----------

CEMIG	X	
ELETROPAULO		X
COELBA		X
CELPA		X
LIGHT		X
CPFL – PAULISTA		X
CELPE		X
COELCE		X
CELESC	X	
COPEL	X	

Fonte: ABRADÉE, (2015)

Dessas, 07 são de capital privado (ELETROPAULO, COELBA, LIGHT, CPFL, CELPE ,CELPA e COELCE) e 03 de economia mista (CEMIG, CELESC e COPEL).

1.4.3 Análise dos Dados

Com a finalidade de analisar os dados coletados nos documentos estudados, primeiramente fez-se uma revisão bibliográfica e a coleta dos dados para conhecer o Valor Agregado de cada empresa, bem como o valor da Receita total. De posse do Valor Agregado e da Receita total, efetuou-se a divisão do Valor Agregado pela Receita total, que é primeiro item da DVA, obtendo-se o percentual do valor gerado que fica dentro da empresa acrescentando valor ou benefício para pessoal, governo, terceiros e acionistas. Portanto, obtido o percentual de destinação do valor gerado de cada empresa pode-se avaliar como as dez maiores empresas de energia elétrica do Brasil distribuem o Valor Agregado gerado, e assim, a sociedade sabe como estão sendo o custo benefício desta atividade. Conforme Gil (2002), na pesquisa há documentos de fonte secundária, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. Da obtenção e estudo das Demonstrações do Valor Adicionado das empresas, dos Relatórios da Administração e Notas Explicativas obteve-se os percentuais relativos aos anos compreendidos na pesquisa de cada empresa da amostra. Cabe ressaltar que a diferença entre o percentual distribuído do Valor Agregado gerado e a Receita total da empresa está relacionado aos insumos adquiridos de terceiros e depreciação, amortização e exaustão.

Para obter-se o percentual de destinação para cada elemento beneficiado pela distribuição do Valor Agregado gerado, efetuou-se a divisão do Valor Agregado destinado ao elemento pelo Valor Agregado total.

A fim de melhor evidenciar os cálculos feitos para se obter os percentuais

destinados as quatro categorias beneficiadas pela distribuição do valor adicionado foi elaborado um modelo no qual se mostra como se deu as distribuições percentuais para cada elemento beneficiado pelo Valor Agregado:

Tabela 1: Cálculos dos percentuais destinados pelo valor adicionado

MODELO		
DESCRIÇÃO	VALOR (mil R\$)	%
Receita	8.720.158	100,00
Valor Distribuído	3.643.578	41,78
DESTINAÇÕES		
Pessoal	655.066	18,00
Governo	2.236.075	61,00
Terceiros	267.946	7,35
Acionistas	497.348	13,65
Totais	3.643.578	100,00

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

1.5 DELIMITAÇÕES DO ESTUDO

O estudo compreende as dez maiores empresas de distribuição de energia elétrica do Brasil, segundo a ABRADDEE. O espaço temporal foram os anos de 2010 a 2014.

Assim, foram analisados as notas explicativas, os relatórios de administração e as demonstrações contábeis das empresas da amostra e que são empresas listadas no Índice Bovespa, no sítio eletrônico BM & FBOVESPA.

Sendo objeto do estudo a parte relativa de como o valor agregado é obtido, já que o objetivo do estudo é verificar, coletar e analisar a distribuição do valor agregado entre os elementos beneficiados, que são eles: pessoal, governo, terceiros e acionistas.

Portanto, o estudo não poderá ser generalizado para as demais empresas, bem como deve-se desconsiderar exercícios anteriores ou subsequentes aos citados períodos.

1.6 ESTRUTURA E DESCRIÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos, apresentando como é distribuído o valor agregado pelas 10 principais empresas de energia elétrica do Brasil para os elementos beneficiados.

No primeiro capítulo apresenta-se o tema e problema, os objetivos geral e específicos, a justificativa, metodologia da pesquisa, enquadramento metodológico, amostra do estudo.

No segundo capítulo apresenta-se a revisão bibliográfica.

No terceiro capítulo apresenta-se o a análise dos dados.

No quarto capítulo as conclusões e recomendações para futuras pesquisas, e bibliografias usadas na pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir da entrada em vigor da Lei 11.638 em 28 de dezembro de 2007, que altera e revoga dispositivos da Lei 6.404 de 1976, conhecida como Lei das Sociedades por Ações, torna-se obrigatória para as empresas de capital aberto a publicação anual da DVA, que antes da publicação da Lei 11.638/07, a DVA era publicada de forma voluntária.

No entanto, cabe ressaltar que a obrigatoriedade da elaboração e publicação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, para o setor elétrico, já era determinada pela resolução da ANEEL nº 444 de 26 de outubro de 2001.

Para Neves e Viceconti (2003, p.301), "a DVA fornece uma visão bem abrangente sobre a real capacidade de uma sociedade produzir lucros (no sentido de agregar ou adicionar valor em seu patrimônio e sobre a forma como distribuir esse lucro entre os diversos fatores da produção (trabalho, capital próprio ou de terceiros, governo)".

Assim, a empresa é vista não somente sob o enfoque econômico, mas também pelo enfoque social, demonstrando sua atuação socioeconômica pela elaboração e publicação da DVA, conforme determina a legislação vigente no Brasil.

Atualmente, existe a preocupação social de que uma empresa não deve ser avaliada somente como uma instituição econômica, mas também como uma instituição social. Enquanto no aspecto econômico a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) evidencia o lucro do exercício e a sua distribuição aos acionistas, a DVA evidencia os valores que a empresa agrega aos produtos e ou serviços e de que forma estes valores serão distribuídos entre os beneficiados que participaram da formação dos lucros (DE LUCA, 1998).

A fim de diferenciar a DRE da DVA e classificá-las conceitualmente, Yoshica apud Santos (2007), cita que há uma grande diferença entre uma demonstração de resultado e uma demonstração do valor adicionado, tendo em vista que apresentam enfoques diferentes e, de certa forma, são complementares. O principal objetivo da primeira é mostrar o lucro líquido que em última instância, é parte do valor adicionado, que pertence aos sócios como investidores de capital de risco. Por outro lado, a demonstração do valor adicionado mostra a parte que pertence aos sócios, a que pertence aos demais capitalistas financiadores da empresa com capital a juros, a parte pertencida aos empregados e a que fica com o governo.

Na demonstração dos resultados, essas partes dos demais capitalistas são consideradas despesas. Isso se deve ao fato de que, para os proprietários, esses lucros distribuídos são redução de sua parte, seu lucro.

A DVA é constituída de duas partes, uma trata da criação dos lucros gerados, ou seja, a criação de valor para seus produtos e serviços e outra que mostra a distribuição destes lucros com os beneficiados que ajudaram a formá-lo (KROENTZ, 2000).

2.1 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A DVA tem como objetivo principal proporcionar uma visão mais abrangente acerca do montante dos lucros gerados pela empresa e como a distribuição entre os diversos fatores de produção. De acordo com Neves e Viceconti (2003, p.299) “Valor Adicionado ou Valor Agregado representa os lucros criados por uma entidade num determinado período de tempo, normalmente um ano.

Para De Luca (1998, p.32), “O valor adicionado de uma empresa representa o quanto de valor ela agrega aos insumos que adquire num determinado período e é obtido, de forma geral, pela diferença entre as vendas ou produção e o total dos insumos adquiridos de terceiros”.

Segundo a mesma autora, “o valor adicionado total dos negócios representa a soma do valor adicionado da atividade produtiva e dos ganhos obtidos pela aplicação de recursos que geraram riqueza em outra empresa ou atividade”.

A DVA se configura como uma informação de natureza socioeconômica que evidencia o montante dos lucros gerados pela empresa, ou seja, procura evidenciar quanto foi agregado à economia, em termos monetários, e a forma como esse valor foi distribuído entre os agentes que contribuíram para a formação destes lucros. Dessa forma, irá se concentrar e demonstrar os objetivos da DVA como enfatiza Kroetz (2000, p.40).

A DVA é na realidade a diferença entre recursos consumidos nos quais a organização adquiriu de terceiros e o que foi agregado de valor ao produto/serviço (lucro gerado) dentro de seu ciclo operacional. Demonstrando, ainda, sua distribuição para empregados, governo, financiadores, acionistas, sócios entre outros.

Ressaltando o objetivo da DVA, De Luca (1998, p.32) enfatiza que estreitamente relacionada com o conceito de responsabilidade social, a DVA surgiu para atender as necessidades de informações dos usuários sobre o valor dos lucros da empresa e sua utilização.

Por sua vez, Iudícibus et al (2009, p.09) cita que “A DVA tem como objetivo principal informar o valor da riqueza criada pela empresa e a forma de sua distribuição”.No que concerne a importância da DVA, segundo Neves &Viceconti (2003) dizem que há países que exigem das empresas internacionais, que neles desejam se instalar demonstrem qual o valor adicionado que a empresa pretende gerar. Para esses países, o importante não é o que a empresa irá importar, e sim o quanto ela vai gerar de riqueza, bem como sua distribuição.

A DVA possibilita visualizar de forma clara e precisa a parte do lucro que pertence aos sócios ou acionistas, aos terceiros que são financiadores da entidade, aos funcionários e ao governo.

Segundo Kroetz (2000, p.40) “a relevância da DVA para as entidades governamentais para auxiliar no processo de análise do perfil e da contribuição da entidade, servindo de base para a abertura de linhas de crédito, incentivos, procedimentos conjuntos, entre outras atividades de interesse público”.

Ressaltando a importância da relação DVA e Produto Interno Bruto (PIB) a FIPECAFI da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP, 2007), lembra que “as informações disponibilizadas nessa demonstração permitem análise do desempenho econômico da empresa, bem como podem auxiliar no cálculo do PIB e de indicadores sociais”.

Morch et al. (2008, p.07) destaca que: “caso houvesse a elaboração e a divulgação da DVA por parte de todas as empresas, a consolidação de seus valores incorporaria parte substancial da riqueza interna gerada no país, ou seja, o PIB. Neste caso, haveria a facilidade de não mais trabalhar com valores estimados na fixação do PIB”. Contudo, cabe ressaltar a diferença de metodologia adotada pela Contabilidade e Economia, quanto ao cálculo do valor adicionado. Segundo Santos (2007, p.34) “a Contabilidade considera o valor de vendas na DVA, para o conceito contábil, enquanto o conceito econômico considera o que foi produzido, ou seja, o valor da produção”.Neste estudo como não há possibilidade de estocagem de energia, toda produção é comercializada e assim não haverá diferença considerável entre os dois.

Para Neves e Viceconti (2003, p.300), o valor agregado e sua efetiva distribuição

podem decidir sobre a concessão ou não dos incentivos fiscais pelo município ou estado, tendo em vista que a obtenção e distribuição da DVA representam o valor do efetivo lucro produzido e distribuído provocando, dessa forma, crescimento econômico efetivo na área municipal ou estadual.

A DVA permite a identificação da relação da empresa com os agentes internos, como os empregados, administradores, proprietários e acionistas, bem como com os agentes externos, como o governo e sindicatos.

A DVA serve de base para negociações salariais, para comparação entre entidades do mesmo segmento, para comparações entre entidades do mesmo segmento e para estudos do comportamento evolutivo da remuneração ao longo do tempo.

No governo e nas instituições, a demonstração possibilita que estes possam efetuar estudos dos comparativos da carga tributária por setores ou atividades, avaliando quais as categorias que mais contribuem para a formação da receita tributária, resultando disto, reformulações legais como a constituição de impostos seletivos e como o redimensionamento de tributos por regiões. Para os financiadores e credores, a DVA comunica a saúde econômica da entidade e sua evolução na geração de lucros, ainda sabe-se que para os acionista e proprietários, a DVA apresenta a parcela que lhes coube em determinado período, possibilitar os mesmos efetuarem análises do investimento objetivando a continuação ou o seu redimensionamento. Para os administradores, a demonstração serve como instrumento de apoio ao planejamento estratégico, à decisão e ao controle, além de apresentar a parcela que lhes cabe a título de remuneração, e para a sociedade possibilita poder comprovar a representatividade das práticas de responsabilidade social das entidades, como também avaliar a geração dos lucros e sua estrutura de distribuição (RODRIGUES, 1981).

Sendo assim, é possível afirmar que a DVA se constitui em um importante instrumento de gerenciamento e planejamento, e também de controle social, uma vez que sua apresentação revela significativa informação quanto à atividade.

2.2 ORIGEM DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A DVA surgiu na Europa em virtude do imposto sobre o valor agregado nos países europeus e teve destaque no Reino Unido, no final dos anos 70, por meio do Relatório *Corporate Report*(CUNHA, 2002).

De acordo com Hendriksen (1999), estava contido no *Corporate Report*, um exemplo de uma tentativa de incluir objetivos sociais e macroeconômicos em uma teoria da divulgação de dados. Uma das propostas do relatório foi a publicação de um demonstrativo do valor adicionado que alocasse receitas, depois de descontado o custo de matérias-primas, empregados, credores e acionistas.

Segundo Cunha (2002, p.48), “Foi durante o crescimento de popularidade, acontecido nos anos 70, que a DVA foi considerada, em muitos países europeus, como uma das ferramentas centrais para a divulgação de informações tidas como relevantes para a sociedade”. Não somente os acadêmicos, mas especialmente os comitês e institutos contábeis, passaram, então, a preocuparem-se com as proposições para a apresentação da DVA.

No Brasil, as mudanças de mentalidade empresarial puderam ser notadas desde 1965, com a publicação da carta de princípios do dirigente cristão de empresas pela Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE Brasil). Na década de 1980, a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES) chegou a elaborar um modelo de Balanço Social; porém, só a partir do início dos anos 90 é que poucas empresas passaram a levar a sério esta questão e divulgar sistematicamente em balanços e relatórios sociais as ações realizadas em relação a comunidade, ao meio ambiente e ao seu próprio corpo de funcionários. No Brasil, o surgimento da DVA está ligado a esse contexto (TORRES, 2007).

Em 1989, por exemplo, ocorreu a primeira publicação sobre o tema, em artigo, escrito pelo professor Eliseu Martins, da Faculdade de Economia e Administração e Contabilidade da FEA/USP, desde esta época várias pesquisas vêm sendo feitas sobre este assunto (CUNHA, 2002).

Em dezembro de 2007 foi aprovada a Lei nº 11.638, de 2007, que trouxe alterações desde o Projeto de Lei nº 3.741/2000, para a lei das Sociedades Anônimas a Lei 6.404/76, uma das alterações foi a inclusão da DVA ao art. 176.

A Lei 11.638/07 trouxe a obrigatoriedade de elaboração e divulgação da DVA para as Companhias Abertas (S/A) e deixou facultativo, para as demais sociedades, S/A de Capital Fechado e Limitada (LTDA), a sua elaboração. O presente trabalho focou a DVA na parte tocante a distribuição dos lucros gerados pela empresa, bem como evidenciar a distribuição deste aos seus beneficiários.

2.3 VALOR ADICIONADO

Riahi-Belkaoni, (1998) apud Lagioia (2014) explica que a contabilidade efetua o cálculo do valor adicionado pela diferença entre o valor da receita bruta e o custo para a aquisição dos bens, mercadorias e serviços de terceiros. Esse valor será então distribuído para os empregados, sócios, credores e o governo. Ainda, segundo o autor supracitado, enquanto o lucro é o resultado final recebido pelos sócios, o valor adicionado diz respeito ao retorno total recebido pelos empregados, provedores de capital (sócios e credores) e o governo.

A Lei 11.638/07 obriga as sociedades anônimas de capital aberto a publicar a DVA podendo ser elaborado de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade de dados obtidos da Demonstração do Resultado do Exercício, mas que jamais poderá ser confundida com ela.

Yoshioca (1998 apud Santos, 2007, p, 37) explica estas diferenças:

"Há uma grande diferença entre uma demonstração de resultado e uma demonstração do valor adicionado, tendo em vista que apresentam enfoques diferentes e, de certa forma, são complementares. O principal objetivo da primeira é mostrar o lucro líquido que, última instância, é a parte do valor adicionado que pertence aos sócios como investidores de capital de risco. Por outro lado, a demonstração do valor adicionado mostra a parte que pertence aos sócios, a que pertence aos demais capitalistas que financiam a empresa com capital a juros, a parte que pertence aos empregados e que fica com o governo. Na demonstração dos resultados, essas partes dos demais capitalistas são consideradas despesas. Isso se deve ao fato de que, para o proprietário, essas riquezas distribuídas são redução de sua parte, de seu lucro".

Como se expressam Neves e Viceconti (2003), de maneira genérica, o valor adicionado por ser calculado pela diferença entre o valor das vendas brutas, já deduzidos o valor das devoluções de vendas e dos descontos incondicionais concedidos, e o valor total dos insumos adquiridos de terceiros, como o custo das mercadorias revendidas, matéria- prima e demais insumos consumidos, serviços adquiridos de terceiros etc.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC-09 (2008) determina que a DVA, em sua primeira parte, deve apresentar de forma detalhada os lucros criados pela entidade. Os principais itens dos lucros criados pela entidade são:

Receitas,
Insumos Adquiridos de Terceiros; e
Valor Adicionado Recebido em Transferência.
Ainda segundo o CPC- 09 (2008), os itens citados acima são subdivididos

como segue:

As Receitas são constituídas pela venda de mercadorias, produtos e serviços pelo seu valor bruto, ou seja, com os tributos (por exemplo, Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre essas receitas. Incluem-se também os valores correspondentes a outras receitas, que da mesma forma da anterior estão inclusos os tributos incidentes sobre essas receitas. E, ainda, a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, que incluem os valores relativos à constituição e reversão dessa provisão.

Os Insumos Adquiridos de Terceiros são constituídos pelos custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos adquiridos de terceiros; não incluem gastos com pessoal próprio, pois estes estão dentro da categoria de "pessoal" da distribuição da riqueza. Incluem-se também os valores relativos a materiais, energia, serviços de terceiros e outros valores relativos às despesas originadas da utilização desses bens, utilidades e serviços adquiridos junto a terceiros, bem como devem ser incluídos os tributos no momento das compras (por exemplo, ICMS, PIS e COFINS recuperáveis ou não).

É parte integrante deste item o subitem perda e recuperação de ativos, que inclui valores relativos aos ajustes por avaliação a valor de mercado de estoques, imobilizados, investimentos etc. E, finalmente tem-se a depreciação, amortização exaustão que são a despesa ou custo contabilizado no período.

O DVA em Transferência é composto pelo Resultado de Equivalência Patrimonial que pode representar receita ou despesa; se despesa deve ser considerado como redução ou valor negativo. Pelas Receitas Financeiras, inclusive as variações cambiais, independentemente de sua origem e por fim têm-se as Outras Receitas que inclui os dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo, aluguéis, direitos de franquia etc.

A Demonstração do Resultado do Exercício constitui-se na principal fonte de informações para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Segundo o CPC-09 (2008, p.02), que afirma no item 02, na qual apresenta os objetivos do pronunciamento: "[...] seus dados, em sua maioria, são obtidos principalmente a partir da Demonstração do Resultado". No que concerne aos dados para a elaboração do valor adicionado, segundo De Luca (1998, p.44), "A maioria dos valores que compõem a demonstração do valor adicionado é obtida de contas utilizadas pela própria

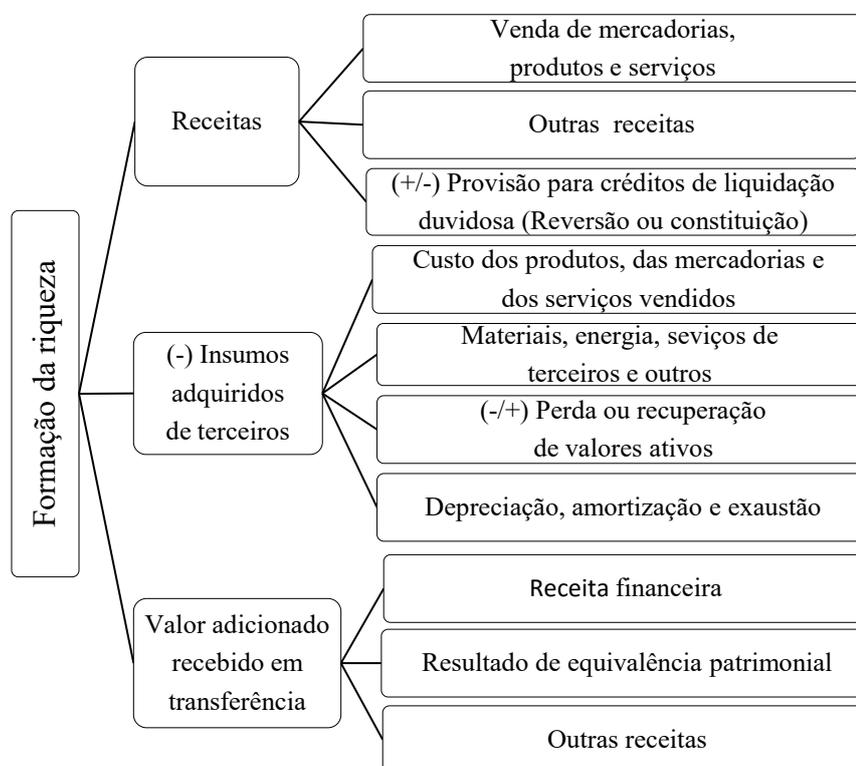
contabilidade apresentadas nas tradicionais demonstrações contábeis".

Ainda a mesma autora informa:

Apenas um dos itens não é facilmente encontrado por um usuário externo, é o caso referente ao consumo intermediário, isto é, materiais e serviços adquiridos de terceiros, porque as empresas não costumam evidenciar a composição dos custos dos produtos, serviços vendidos e dos estoques (De LUCCA, 1998, p. 45)

Com a finalidade de uma melhor compreensão da primeira parte da DVA, que se refere à formação dos lucros pela entidade, apresenta-se o modelo sugerido pelo CPC-09 (2008).

Figura 1: Elementos que compõem a geração de valor de uma entidade



Fonte: Lagioia (2014, p.17)

Na Figura 1 **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, são apresentados os itens e subitens de lucros gerados pela empresa, que é calculada a partir da diferença entre o valor de produção (Receita) e dos bens e serviços produzido por terceiros (Insumos Adquiridos de Terceiros) utilizados na empresa. Dessa diferença a exaustão, que resulta no Valor Adicionado Líquido produzido pela empresa, a estes valores são somados os

Valores Adicionados Recebidos em Transferência e resultando no Valor Adicionado Total a Distribuir (LAGIOIA, 2014).

Quadro 3: Demonstração da DVA (Geração da Riqueza)

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais	Em milhares de reais
1 - RECEITAS		
1.1 Venda de mercadorias, produtos e serviços		
1.2 Outras receitas		
1.3 Receitas relativas a construção de ativos próprios		
1.4 Provisão para créditos de liquidificação duvidosa – reversão (constituição)		
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e CONFINS)		
2.1 – Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2 – Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3 – Perda- recuperação de valores ativos		
2.4 – Outras (especificar)		
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 E 2)		
4 - DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO		
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1 - Resultado de equivalência patrimonial		
6.2 - Receitas financeiras		
6.3 - Outras		
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5-6)		

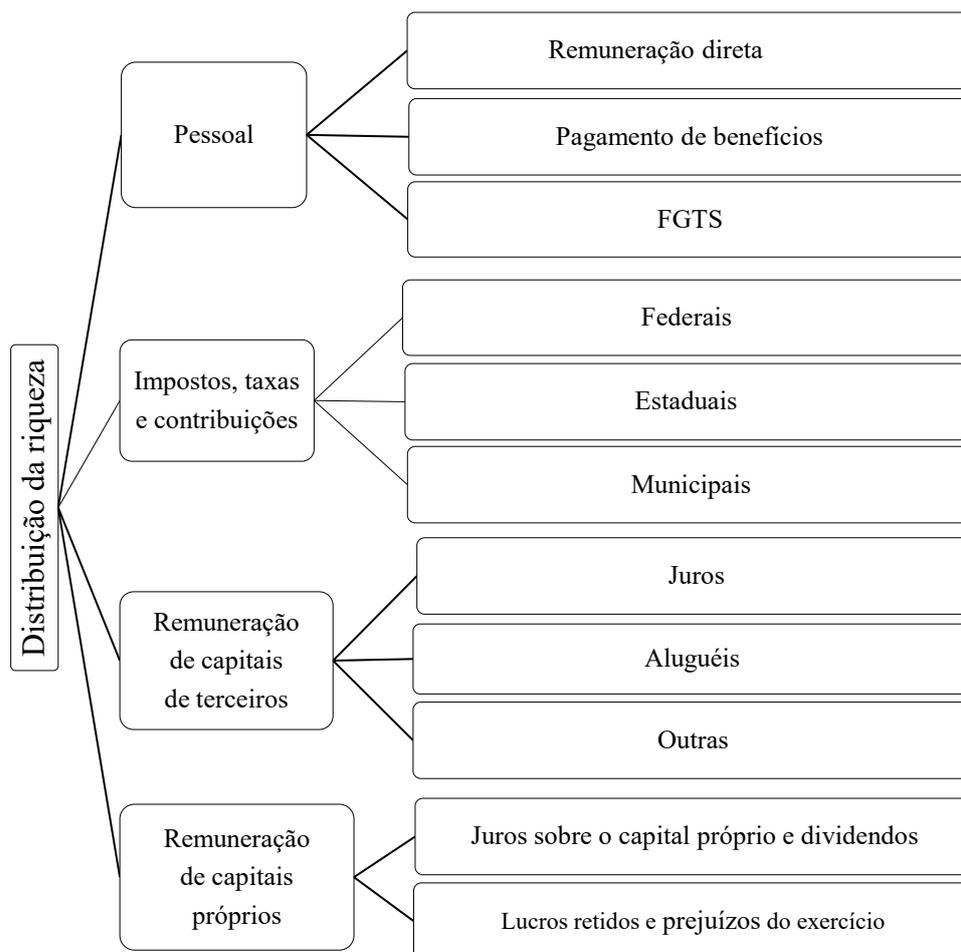
Fonte: Adaptado de CPC_09(2008)

No Quadro 3 apresenta-se a forma detalhada de como o lucro obtido pela entidade será distribuída entre os beneficiários desse lucro.

O modelo de DVA que será adotado neste trabalho será o elaborado pelo CPC - 09, existem outros modelos como, por exemplo, o elaborado pela FIECAFI, sendo inclusive recomendado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A seguir apresentam-se tópicos sobre cada um dos elementos participantes beneficiados da distribuição do valor agregado pelas empresas. Os participantes são: Pessoal ou Colaboradores, Governo, Capital de Terceiros ou Financiadores e Capital Próprio ou Acionistas.

Figura 2: Elementos que compõem a distribuição do valor de uma entidade



Fonte: Lagioia (2014, p.21)

Na Quadro 4 apresenta-se como se compõem a distribuição da riqueza entre as categorias beneficiadas e para que se obtenha um entendimento geral de como ocorre essa distribuição na demonstração do valor adicionado no modelo CPC-09.

Quadro 4: Demonstração da DVA (Distribuição da Riqueza)

8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)		
8.1 – Pessoal		
8.1.1 - Remuneração direta		
8.1.2 – Benefícios		
8.1.3 – FGTS		
8.1.4 - Outros		
8.2 - Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais		
8.2.2 - Estaduais		
8.2.3 – Municipais		
8.3 - Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 – Juros		
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.3 – Outras		

8.4 - Remuneração de capitais próprios		
8.4.1 - Juros sobre o capital próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 - Lucros retidos - prejuízo do exercício		
8.4.4 - Participação dos não controladores nos lucros retidos (só para consolidação) ¹³		

(*) o total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 07 da DVA

Fonte: Adaptado de CPC_09(2008)

2.4 REMUNERAÇÃO E ENCARGOS COM PESSOAL

Neste tópico a DVA fornece uma visão ampla em relação ao nível de remuneração do trabalho e todos os valores que compõem os custos ou despesas com mão - de - obra.

A distribuição aos empregados é uma das mais importantes entre os diversos grupos que participam do valor adicionado. A participação dos trabalhadores no valor adicionado compreende todos os gastos efetuados com pessoal, em contrapartida ao trabalho realizado no período. Assim, deve conter os pagamentos feitos diretamente aos empregados como, por exemplo, os salários, as contribuições de seguridade ou sociais, e quaisquer outras vantagens oferecidas por conta de participar na atividade produtiva da companhia (GALLIZO, 1990).

Kroetz (2000) ampliam a visão da DVA ao afirmar: "que para empregados e sindicatos, a DVA serve de base para negociações salariais, para comparações entre entidades do mesmo segmento e para estudos do comportamento evolutivo da remuneração ao longo do tempo [...]".

Portanto, neste tópico deve-se incluir, conforme De Luca (1998), além dos salários de empregados, todos os encargos correspondentes, tais com 13º salário, FGTS, INSS, seguro de acidentes de trabalho e outros.

Fazem parte deste conjunto também os representativos de comissões, gratificações, participações, planos de aposentadoria e pensão e outros benefícios, tais como a assistência médica e transporte.

A autora ainda complementa que tais benefícios podem ser divididos em remuneração direta e indireta, porque parte dos recursos pagos ao governo na forma de encargos sociais não retornam integralmente ao empregado ao longo do tempo. Isto ocorre porque parte dos recursos que vão ao governo na forma de encargos sociais é

utilizada para custear a própria máquina do governo na área da saúde e da previdência, inclusive administrativa.

Por isso, Martins (1993, p.114), refere que "na distribuição do valor agregado devem ser evidenciados o valor destinado a toda a mão de obra separadamente dos encargos que vão ao governo na forma de encargos sociais".

O imposto de renda (IR) retido na fonte do empregado, segundo De Luca (1998, p.40) "pode ser considerado remuneração direta, pois num curto prazo de tempo ele será utilizado pelo próprio empregado para sua prestação de contas com o governo, uma vez que não é um encargo da empresa com o governo, trata-se de uma relação entre empregado e o governo". Já os encargos sociais pagos ao governo são considerados como remuneração indireta efetiva dos empregados, devendo para eles retornar como, por exemplo, o FGTS.

O CPC-09 estabelece quanto ao item Distribuição dos lucros e subitem pessoal devem conter os valores referentes à remuneração direta, benefícios e FGTS, sendo que na remuneração direta estão os valores relativos a salários, o 13º salário, os honorários da diretoria, férias, comissões, horas extras, participação dos empregados nos resultados etc.

No subitem benefícios devem conter os valores relativos à assistência médica, alimentação, transporte, planos de aposentadoria etc. E no subitem FGTS devem conter os valores devidos aos empregados e que estão depositados em conta vinculada.

2.5 GOVERNOS

No que concerne a participação na DVA, segundo De Luca (1998, p.40), "o governo é visto como um membro participativo da criação de lucros das empresas distribuidoras de energia elétrica no Brasil". Uma vez que os tributos devidos pela empresa ao governo constituem-se como uma remuneração pelo apoio das instituições governamentais pela estrutura social, política e econômica que favorecem as condições de operação das empresas.

Os tributos são valores cobrados pelo Estado e exigidos no decorrer da vida econômica da empresa e podem ser divididos por esfera Federal, Estadual e Municipal e ainda classificados como: tributos sobre as vendas, que seriam o IPI, COFINS, PIS,

Imposto sobre Importações (II), Imposto sobre Exportações (IE), ICMS, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISQN) entre outros como: impostos prediais e os territoriais sejam urbanos ou rurais, impostos sobre a renda e imposto sobre operações financeiras (DE LUCCA, 1998).

Por sua vez o CPC - 09 (2008, p.11) assim classifica os impostos, taxas e contribuições:

Federais - inclui os tributos devidos à União, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Estados, Municípios, Autarquias etc., tais como: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), o IPI, a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), o PIS e a contribuição sindical patronal;

Estaduais - incluem os tributos devidos aos Estados, inclusive aqueles que são repassados no todo ou parte aos Municípios, Autarquias e outros, tais como ICMS e Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA);

Municipais - incluem os tributos devidos aos Municípios, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte a Autarquias ou outras entidades, tais como o ISS e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Lagioia (2014, p.18), explica que os tributos compensáveis, tais como o ICMS, IPI, PIS e COFINS, devem ser considerados apenas os valores devidos ou já recolhidos, e representam a diferença entre impostos e contribuições incidentes sobre receitas e os respectivos valores incidentes sobre os itens considerados como " insumos adquiridos de terceiros".

Ainda a mesma autora cita:

Para o cálculo dos tributos compensáveis, deve-se considerar a diferença entre os tributos a recuperar (o ICMS derivado das compras de mercadorias, por exemplo) e aqueles incidentes sobre as receitas (o ICMS a recolher devido pelas vendas) e o valor apresentado na DVA em relação ao ICMS, representa a diferença entre o ICMS a recuperar e o ICMS a recolher.

A fim de esclarecer operações da empresa em outros países, De Luca (1998, p.40) cita que "quando a empresa realizar operações em outros países, o valor dos impostos e taxas pagos a esses países deve ser evidenciado separadamente e dos impostos pagos ao governo nacional".

Para Kroetz (2000), os governos e instituições, a demonstração possibilita que estes possam efetuar estudos comparativos da carga tributária por setores ou atividades, avaliando quais as categorias que mais contribuem para a formação da receita tributária,

resultando disto, reformulações legais como a constituição de impostos seletivos e como o redimensionamento de tributos por regiões.

A DVA destaca a parcela que os lucros obtidos têm participação definida na geração de mais lucros para a entidade, já que ampara as atividades produtivas por meio dos investimentos em infra-estrutura, incentivos fiscais e subvenções (COZENSA, 2003). Para Santos e Hashimoto (2003, p.157), a parcela distribuída ao governo "pode ser considerada como uma remuneração pela garantia das condições de infraestrutura econômica, social e política, as quais são fundamentais para a operação da empresa".

2.6 CAPITAL DE TERCEIROS

Este item representa os valores pagos ou creditados aos financiadores externos do capital utilizado pela empresa. "Fazem parte da remuneração do capital de terceiros os juros e o aluguel devidos pela empresa. Esse aluguel abrange todo e qualquer tipo de remuneração pelo uso de ativos, inclusive de ativos intangíveis, tais como *royalties* e franquias" (DE LUCA, 1998, p.72).

O CPC - 09 (2008) aborda os itens Juros, Aluguéis e Outras como sendo referente aos valores pagos ou creditados aos financiadores externos do capital. No subitem Juros, o CP - 09 (2008) afirma que sejam incluídas as despesas financeiras, inclusive as variações cambiais passivas relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos junto as instituições financeiras, empresas do grupo ou outras formas de obtenção de recursos. Inclui os valores que tenham sido capitalizados no período.

Quanto ao subitem Aluguéis a afirmação é de que sejam além das despesas com aluguel, as despesas com arrendamento operacionais pagos ou creditadas a terceiros, inclusive os acréscimos aos ativos. O subitem Outras, por sua vez, inclui outras remunerações que configurem transferência de lucros a terceiros, mesmo que originadas.

2.7 ACIONISTAS

Neste subgrupo busca-se representar a parcela do lucro destinada à remuneração atribuída aos sócios e acionistas sob a forma de pagamento de dividendos ou juros sobre

o capital próprio, por conta de capitalizações realizadas na empresa. Martins (1993) destaca que a linha que representa a remuneração dos acionistas deve evidenciar, além dos valores referentes aos lucros distribuídos, os lucros retidos, apenas com discriminação do que eles estão retirando agora (dividendos) daquilo que está sendo mantido na empresa. E, ainda, acrescenta o mesmo autor "a colocação desses lucros retidos da empresa fora do subgrupo Sócios (ou acionistas, se for o caso) pode inclusive dar idéia, que pode não ser verdadeira, de a administração querer estar escondendo o total do valor adicionado que pertence aos seus proprietários".

Ao tratar da evidenciação dos lucros retidos num grupo separado, que do subitem Capital Próprio ou Acionista, De Luca (1998, p. 41) esclarece que: "considerando que a totalidade dos lucros da empresa é remuneração dos acionistas, pode-se se incluir a parcela dos lucros retidos no subgrupo dos acionistas".

O CPC - 09 (2008) destaca o grupo Remuneração de Capitais Próprios, que compõe os valores relativos à remuneração atribuída aos sócios e acionistas, esteja dividido em: juros sobre o capital próprio (JCP), dividendos e lucros retidos e prejuízos do exercício. Ainda sobre o mesmo tópico o CPC - 09 ressalta que as quantias destinadas aos sócios e acionistas na forma de JCP, independentemente de serem tratadas como passivo na forma de Juros sobre o Capital Próprio ou como reservas de lucros, devem ter o mesmo tratamento dado aos dividendos no que diz respeito ao exercício a que devem ser imputados.

2.8 PESQUISAS SIMILARES OU CORRELATAS

Apresenta-se trabalhos correlatos com as palavras chave da presente pesquisa, buscando verificar o alinhamento desta, as palavras chave buscadas foram as mesmas da pesquisa em questão: **Contabilidade, Valor agregado e Distribuição de energia elétrica.**

Da leitura dos estudos adotou-se que publicações anteriores ao ano de 2007 seriam excluídos por serem anteriores a publicação da Lei nº 11.638/2007, a qual torna obrigatória a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Com a busca realizada foram encontrados 10 estudos, posteriormente analisou-se cada um dos estudos para verificar se seu conteúdo seria relevante para a execução da

pesquisa.

Dentre os 10 estudos escolhidos foram selecionados 1 artigo e 2 monografias, cujo tema é a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, portanto o foco da pesquisa.

O artigo de D'Andrea (2001) mostra a participação dos colaboradores na distribuição do valor agregado por três companhias de energia elétrica da região sul do Brasil, logo a participação dos colaboradores é um dos elementos que serão abordados na pesquisa. Pois os colaboradores, sua capacitação e participação é um dos elementos beneficiado pela distribuição do valor agregado.

Portanto, possui similaridade com a pesquisa proposta, porque visa analisar e avaliar o valor agregado que será distribuído para colaboradores. No entanto, diverge por restringir-se a uma amostra de apenas três empresas de distribuição de energia elétrica e a um único elemento beneficiado pela distribuição do valor agregado pelas empresas. Enquanto a pesquisa proposta têm como amostra 10 empresas de distribuição de energia elétrica e como objetivo analisar e avaliar a distribuição do valor agregado para 4 elementos beneficiados pelo valor agregado.

Já o estudo realizado por Teodoro (2012) também possui similaridade com a pesquisa proposta, porque analisa a demonstração do valor adicionado bem como a distribuição do valor agregado para os 4 elementos beneficiados (Pessoal, Governo, Terceiros e Acionistas). Porém, diverge quanto a amostra do estudo, pois abrange empresas de vários setores da economia, embora a maioria das empresas sejam do setor elétrico.

Por último, o estudo realizado por Do Vale (2009), que também analisa a destinação do valor agregado pelas empresas de distribuição de energia elétrica, no período de 2003 a 2007, serviu como base teórico - conceitual para referenciar a presente pesquisa. Portanto, ambas as pesquisas têm por objetivo verificar qual o destino do valor agregado pelas empresas de distribuição de energia elétrica do Brasil. A divergência da pesquisa em relação ao estudo de Do Vale (2009) está tanto na definição da amostra quanto no horizonte temporal. Enquanto Do Vale (2009) define a amostra como as empresas de distribuição de energia elétrica com mais de um milhão de consumidores e o período entre 2003 a 2007, a presente pesquisa definiu as dez maiores empresas de distribuição de energia elétrica do Brasil em número de consumidores e o horizonte temporal de 2010 a 2014.

Quadro 5: Comparação das pesquisas correlatas ou similares à pesquisa.

Autor (ano)	Objetivo	Resultado	Instrumento de Pesquisa ou Observações
TEODORO, J.D. Ano, 2012	O trabalho busca contribuir com as análises de Valor Adicionado, tendo como objetivo principal a identificação de fatores financeiros que mais adequadamente explicam a distribuição do valor adicionado do ramo.	Foram identificados três principais fatores que congregam variáveis financeiras que são mais adequados para se analisar a distribuição de valor adicionado. O primeiro e mais relevante fator revela que as distribuições para capitais de terceiros (juros), próprios e para o governo são variáveis que tendem a ser analisadas conjuntamente. O segundo fator revela que as eficiências dos capitais empregados (próprio e humano) são aspectos relevantes que precisam ser analisados em conjunto quando da análise da distribuição de valor do setor. E por fim, um terceiro fator, um pouco menos importante, refere-se às receitas e o próprio valor adicionado em si. Esse resultado pode parecer óbvio, mas, não o é, pois reflete uma particularidade do setor. As análises efetuadas foram tão somente com relação aos anos de 2009 e 2010, podendo ser utilizados os resultados moderadamente como estimadores de resultados futuros.	O universo da pesquisa foi o conjunto das empresas do setor elétrico que fazem parte da Bovespa. Para atingir o objetivo proposto foram utilizadas a estatística descritiva e a técnica de análise multivariada de dados a análise fatorial. Em função da importância econômica e social do setor elétrico, a análise do valor adicionado desse setor contribui para traçar objetivos futuros e ações estratégicas. O setor analisado é de suma importância para o desenvolvimento econômico e social. Por isso a análise da riqueza gerada pelo mesmo é relevante para a tomada de decisão não só dos investidores, mas também pelos órgãos públicos.
D'ANDREA, GABRIEL. ANO 2011	Descobrir como se dá a participação dos empregados dos 03 maiores componentes da energia elétrica do sul do Brasil, a partir dos dados da DVA,	Foi possível avaliar a contribuição de cada trabalhador para a riqueza da empresa, isto mostra claramente a importância dos colaboradores na organização. Conclui-se que a DVA é uma ferramenta valiosa para	O método escolhido foi o estudo de caso, pois por meio deste foi possível apurar a participação dos usuários externamente na riqueza gerada, constatando que o governo é o principal agente receptor no valor gerado pelas organizações, o que implica em uma participação ínfima para as demais partes, principalmente no

	adicionado nos anos de 2008 e 2009, cotejando – os com as demais informações oriundas das demais finanças para buscar a relação causa - efeito que existe entre as partes	a gestão, desde que as informações evidenciadas por esta demonstração sejam vistos como resultado da relação entre empresa e o meio na qual esta está inserida e possa ser útil para aprimorar esta relação e contribuir para a geração de valor para a organização.	que se refere ao que é destinado aos trabalhadores.
VALE, R. N. DE A. DO. ANO 2009	Verificar qual a destinação da riqueza gerada pelas empresas de distribuição de energia elétrica do Brasil, por meio da DVA. As empresas estudadas foram as com ações na BM & BOVESPA.	Apontou-se que a geração de riquezas nas empresas estudadas evoluiu principalmente, relacionando a distribuição da DVA, se vê que a maior parte é distribuída pelo governo e a minoria para o pessoal, houve inversão entre a distribuição, para os terceiros, que foi ultrapassada pela distribuição efetivada para os acionistas demonstrando melhora no setor. A distribuição para o governo no período apresentou crescimento constante, enquanto terceiros tiveram suas participações reduzidas os acionistas e pessoal demonstraram crescimento.	Foi realizada uma pesquisa descritiva com pesquisa documental usando procedimentos de pesquisa bibliográfica e análise documental com abordagem quantitativa e qualitativa. Pode - se notar com os dados obtidos nos estados onde as empresas estão inseridas, possivelmente praticam diferentes políticas tributárias influenciando na DVA o elemento governo aparece em crescimento gradativo, mas, constante, este também foi um comportamento dos acionistas e o elemento pessoal teve pequena parcela na DVA reduzida significativamente e o capital de terceiros que também teve significativa redução.

Fonte: TEODORO, J.D.(2012), D`ANDREA, GABRIEL.(2011) e VALE, R. N. DE A. DO. (2009)

Os trabalhos correlacionados encontrados por meio das palavras chave do trabalho, não foram de total equidade com o presente, mas abordou de forma mais restrita o tema estudado, eles abrangem apenas empresas de valores, ou regiões brasileiras e não o país como um todo, mas todas abordaram o tema DVA, o que colaborou para este trabalho, pois também é um tema abordado.

Uma das pesquisas fala sobre a participação dos empregados, e este trabalho aborda a aplicação dos lucros, mas colaborou, pois, os empregados, sua capacitação e participação são uma forma de aplicação dos lucros.

A outra fala sobre a principal identificação de fatores financeiros que explicam

sobre a distribuição da DVA, colaborando de forma pouco expressiva, de forma que agregasse conhecimentos, pois se pode ver como se dá a distribuição da DVA.

Se observa que para analisar a DVA existem três fatores principais que fazem parte destas variáveis, sendo a distribuição para capitais e terceiros, a eficiência dos capitais empregados e as receitas e o próprio DVA em si, e a terceira verificou qual a destinação da riqueza gerada pelas empresas de distribuição de energia elétrica do Brasil por meio da DVA, na qual se vê que a maior parte é distribuída para governo e a minoria para o pessoal.

A distribuição apontou que o governo apresentou crescimento constante, o que se pode explorar melhor neste trabalho, visto que é de nosso objetivo como são utilizados os lucros das dez maiores empresas de energia elétrica no Brasil.

3 ABORDAGEM E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo são apresentados os gráficos e os resultados referentes às destinações das demonstrações do valor adicionado das amostras das empresas no período de 2010 a 2014.

Os gráficos têm o intuito de oferecer uma visão mais precisa dos dados obtidos e possibilitar uma análise mais rigorosa dos resultados.

O capítulo está estruturado em seções e subseções e apresentam-se da seguinte forma: Distribuição do valor adicionado anual por empresa, Distribuição do valor adicionado por elemento e Evolução do Valor Adicionado.

3.1 VALOR AGREGADO POR EMPRESA - ANO 2010

Observa-se que a média de geração de valor agregado pelas empresas, durante o exercício de 2010, foi de 52%. Dentre as dez empresas as que tiveram a menor geração de valor agregado foram a Cpfel, Celpe e Eletropaulo e Coelce com os respectivos percentuais de 47, 49, 50 e 51% ,respectivamente. A Celesc com o percentual 52% manteve- se dentro da média anual de geração de valor agregado de 2010.

As empresas Coelba,Copel, Cemig, Celpe e Light ficaram acima da média com percentuais de 56,55, 54 (Cemig e Celpe) e Light 56%, respectivamente.Esses percentuais representam o quanto a empresa destinou para as categorias:Pessoal (Colaboradores), Governo(Federal, Estadual e Municipal), Terceiros (Financiadores Externos) e Acionistas(Proprietários do Capital da Empresa).O percentual representa o quanto a empresa agregou de cada real que foi "tomado" da sociedade resultante de suas atividades .

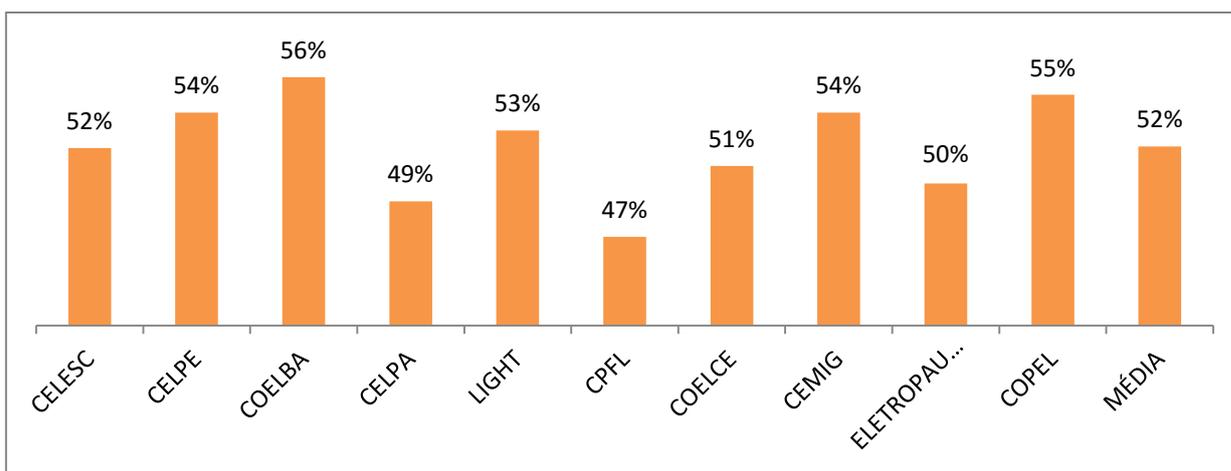


Gráfico 1: Geração de Valor Agregado por Empresa em 2010.

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

No exercício de 2010, dentre as dez empresas pesquisadas, a Cpfll foi a empresa que obteve a menor geração de valor agregado com 47%. Uma variação de 9 pontos percentuais entre a empresa que menos gerou valor agregado e a que mais gerou, ou seja, a Coelba com 56% conseguiu agregar 9% a mais de cada real arrecadado que a Cpfll com 47%. Apesar de tratar-se de empresas do mesmo setor, há uma diferença de percentual de 19,15% entre a que mais arrecadou e a que menos arrecadou valor agregado.

Dentre as dez empresas constantes da pesquisa, cinco tiveram valor agregado acima da média, que corresponde a um percentual de 50% das empresas, uma manteve-se na média e as demais empresas (4) ficaram abaixo da média (40%).

3.1.1 Destinação do valor agregado por elemento - ano 2010

O valor agregado gerado pelas empresas é distribuído entre os quatro elementos: Governo, Terceiros, Pessoal e Acionistas. O gráfico 2 ilustra como dá-se as destinações de 2010:

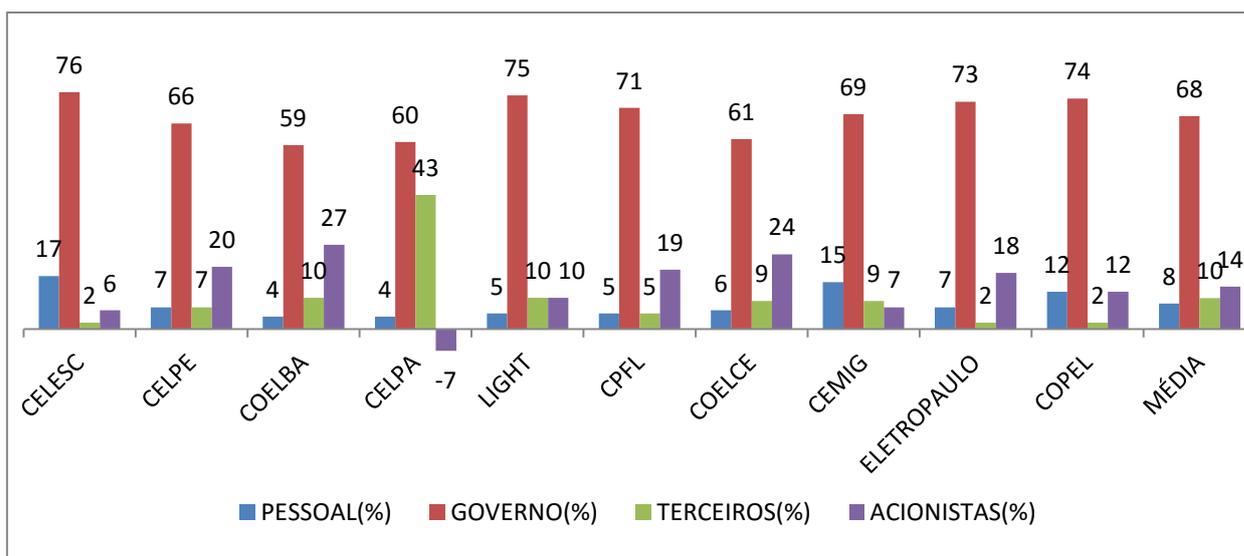


Gráfico 2: Destinação do Valor Agregado por Empresa em 2010.

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Constata-se do gráfico 2 que a maior parcela da geração do valor adicionado foi destinada para o elemento Governo, tanto na média quanto por empresa, sendo que na média o Governo ficou com 68%.

Para Acionistas, a empresa que mais destinou valor agregado gerado foi a empresa Coelba com 27%, a Celpa, além de não destinar, ainda reduziu sua riqueza com distribuição negativa de (-7%), indicando que a empresa registrou um prejuízo no exercício de 2010.

Para Terceiros, na qual se enquadram os que concedem financiamentos e empréstimos as empresas, foi a terceira na média com obtenção de destinação de valor de agregado. A Coelba destaca-se pelo alto grau de endividamento financeiro contraídos em moeda nacional para a manutenção, melhoria e a expansão do sistema de distribuição de energia elétrica, segundo o Relatório de Administração da Empresa.

Pessoal ficou com o menor percentual de distribuição do valor agregado dentre os beneficiados pela geração do valor adicionado com apenas 8%. A empresa que mais destinou valores para Pessoal (Colaboradores) foi a Celesc com 17%, esta superou a média, que é de 8%, em 9 pontos percentuais. Isso se deve as duas distribuições de Participações nos Lucros e Resultados (PLR), pagos pela empresa durante o exercício de 2010.

Destaca-se que a média serve somente como comparativo de distribuição de valor agregado entre empresas, não é a realidade de todas as empresas, bem como de todos os elementos beneficiados analisados pela pesquisa.

Uma vez que se faça análise dos elementos Governo, Terceiros, Pessoal e Acionistas, compreende-se as destinações de valores percentuais tão diversos, podendo indicar tanto estratégias, assim como vantagens competitivas na distribuição do valor agregado gerado pela empresa.

Dentre as empresas pesquisadas algumas dão prioridades ao Pessoal, outras, aos Acionistas, bem como a Terceiros.

Embora faça uso de percentuais de distribuição entre Pessoal, Acionistas e de Terceiros, como uma estratégia ou vantagem competitiva, as empresas têm como destinação principal do valor agregado gerado o Governo.

Portanto, independentemente de qual estratégia ou vantagem competitiva tomada para a distribuição do valor agregado gerado, a empresa fica obrigatoriamente a assegurar o percentual relativo ao Governo.

3.2 VALOR AGREGADO POR EMPRESA - ANO 2011

Nesta seção observa-se graficamente a geração de valor agregado efetuada pelas empresas da amostra referente ao ano de 2011:

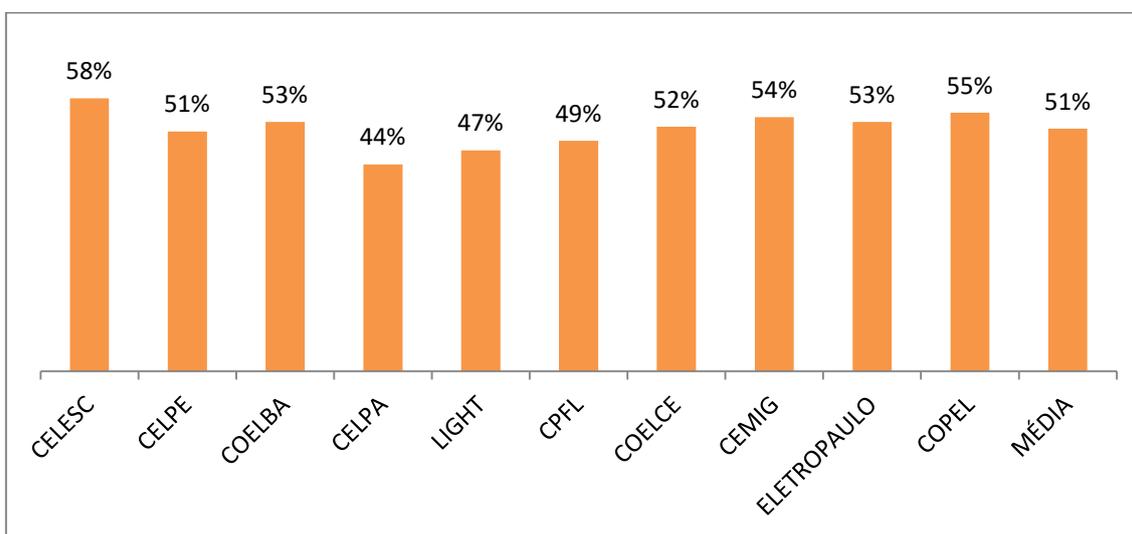


Gráfico 3: Geração de Valor Agregado por Empresa em 2011.

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

A média verificada no exercício de 2011 foi de 51% de geração de valor agregado pelas empresas. Comparativamente constata-se uma redução de 1 ponto percentual ao ano anterior, quando a média foi de 52%.

As empresas pesquisadas acima da média da geração do valor agregado são as empresas Celesc, Copel, Cemig, Eletropaulo, Coelba e Coelce. Portanto, das empresas

analisadas 60% estiveram acima da média. Das demais empresas, uma manteve-se na média, e (3) ficaram abaixo da média. Destaque para a Celesc que apresentou percentual de 58%, ou seja, 7 pontos percentuais acima da média de geração de valor agregado.

A empresa com a menor geração de valor agregado foi a Celpa, com 44% de valor agregado. Também apresentaram valor agregado abaixo da média as empresas Light e Cpfl com 47 e 49%, respectivamente.

A geração de valor agregado entre as empresas oscilou entre 44% e 58%, com variação de 14 pontos percentuais, uma variação maior que a ocorrência do ano anterior, quando apresentou uma variação de 09 pontos percentuais. Já entre a empresa que mais agregou e a que menos agregou é de 31,8%. Por tratar-se de empresas do mesmo setor a diferença constatada é significativa.

Cabe ressaltar, que 4 empresas reduziram seu potencial de geração de valor agregado em relação ao ano anterior e são: Light, Celpa Celpe e Coelba. A redução mais acentuada foi a da Light que passou de 53% (2010) para 47%, em 2011, redução de 6 pontos percentuais de geração de valor agregado. A Celpa, Celpe e Coelba também reduziram seus percentuais em 5%, 3% e 2%, respectivamente, quando comparados ao ano anterior.

Já a Celesc foi a empresa, quando comparada a média anual, que mais cresceu de geração de valor agregado, passando de 52% (2010) para 58% em 2011, um crescimento de 6 pontos percentuais. A Eletropaulo, Cpfl e Coelce apresentaram um crescimento de 3%, 2% e 1%, respectivamente, em relação ao ano anterior (2010). A Cemig como Copel mantiveram-se acima da média anual embora não apresentem crescimento da geração do valor agregado do ano anterior para o ano de 2011.

3.2.1 Destinação do valor agregado por elemento - ano 2011

O valor agregado pelas empresas é distribuído entre os quatro elementos destinatários, conforme já mencionado anteriormente, e são eles: governo, terceiros, pessoal e acionistas. O Gráfico 4 mostra como ocorrerão as destinações referentes ao ano de 2011;

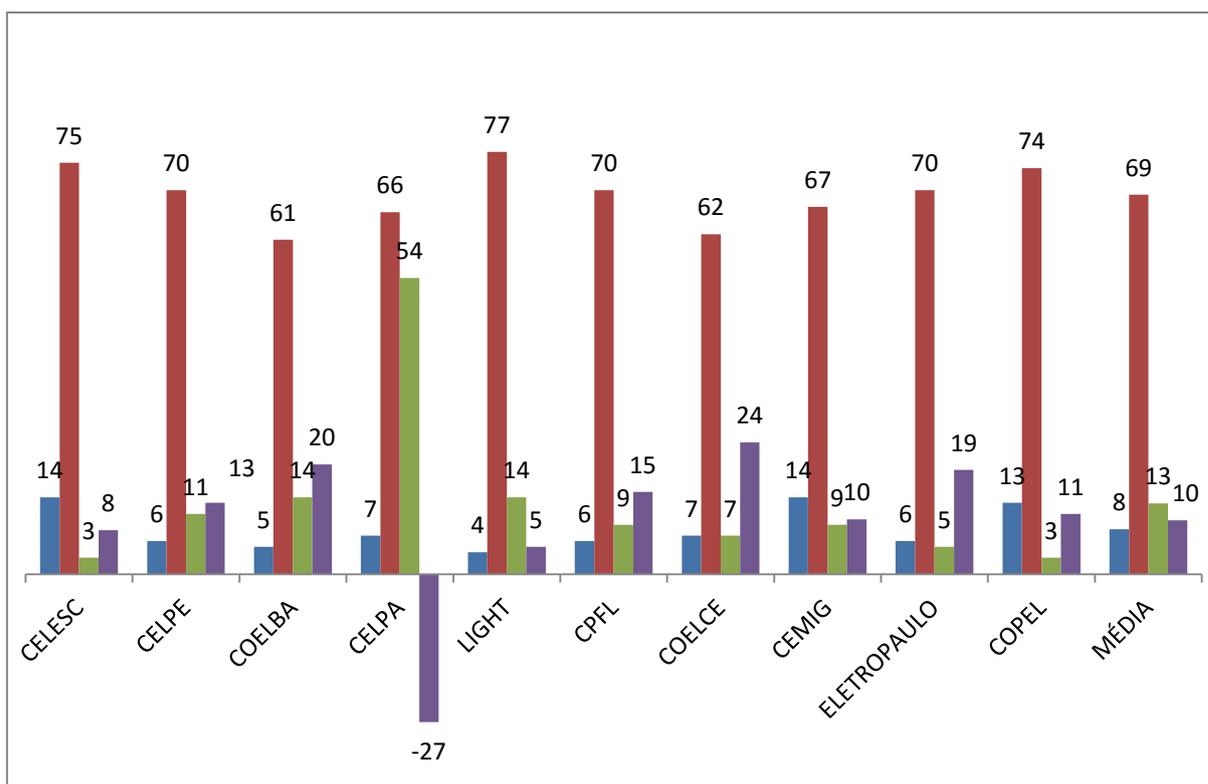


Gráfico 4: Destinação do Valor Agregado por Empresa em 2011.

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Da análise do gráfico 4, constata-se a maior parcela da geração do valor agregado é destinada para governo com percentual médio de 69%, e em relação ao ano anterior(2010) houve um aumento de 1 ponto percentual. A Light foi a empresa que mais destinou valor agregado para o elemento governo, com 77%, percentual significativo acima da média de 8 pontos percentuais. A Coelba foi a empresa que menos destinou valor agregado para o elemento governo com apenas 61%.

O elemento terceiros possui a segunda maior média de distribuição com 13%, apresentando um aumento de 3 pontos percentuais em relação ao ano anterior (2010) e demonstra que as empresas aumentaram sua dependência a empréstimos e financiamentos externos. A Celpa foi a empresa que mais recorreu a empréstimos e financiamentos externos, mostrando um percentual de 54%, em termos relativos, para o elemento terceiros. Segundo relatório de administração da Celpa, justifica-se a alta destinação para terceiros pela necessidade de recursos destinados para financiar o programa de investimentos de melhoria e ampliação da empresa, assim como proporcionar reforço de capital de giro. A Celesc juntamente com a Copel foram as empresas que menos remuneraram terceiros. Isso mostra que ambas empresas necessitaram de menos empréstimos e financiamentos externos para gerir suas

atividades de distribuição de energia elétrica.

Na terceira colocação de destinação de valor agregado mostra-se acionistas com 10% e a empresa que mais destinou foi a Coelce com 24%, significativamente acima média que foi de 10%. Com uma distribuição negativa para acionistas de (-27%), a Celpa mostra que no exercício de 2011 apresentou prejuízo em suas atividades. Segundo relatório de administração da empresa, a Celpa teve que realizar altos investimentos para atender ao "Programa Luz para Todos", do governo federal, e em função desses investimentos não distribuiu valores aos seus acionistas.

Para o elemento pessoal, a Celesc foi a empresa que mais destinou valor agregado, com 14%. No entanto, a Light foi a empresa que menos destinou valor agregado para pessoal, com apenas 4%.

Ao apresentar variações de destinações do valor agregado, as empresas podem demonstrar estratégias aplicadas entre elas. Nesse sentido percebe-se que algumas priorizam os acionistas, outras, terceiros ou pessoal. Contudo, todas destinam obrigatoriamente a maior parte do valor agregado para governo.

3.3 VALOR AGREGADO POR EMPRESA - ANO 2012

Neste tópico apresentam-se as gerações de valor agregado efetuadas pelas empresas da amostra referente ao ano de 2012.

O gráfico abaixo ilustra tais gerações de valor agregado:

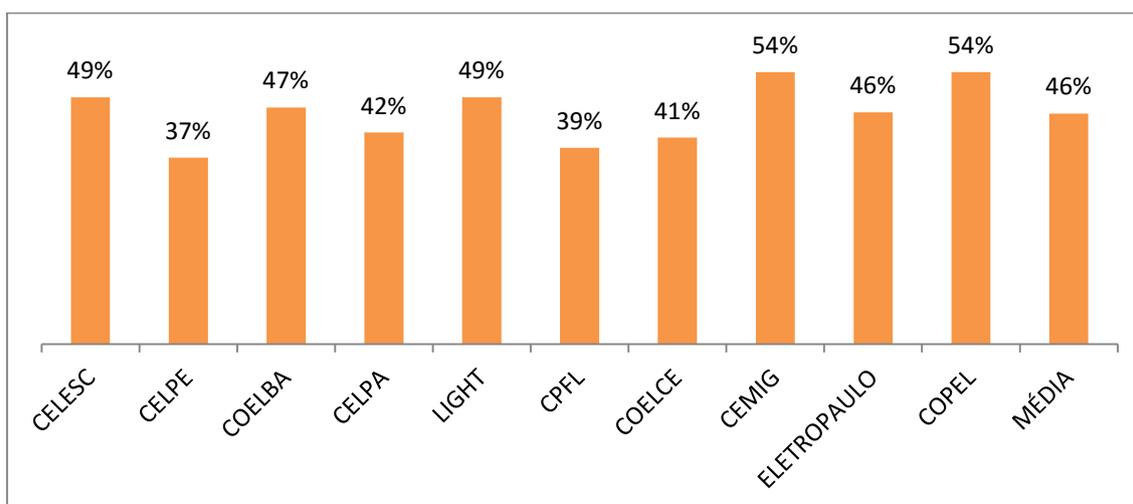


Gráfico 5: Geração do Valor Agregado por Empresa em 2012.

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

A média de geração de valor agregado de 2012 foi de 45% produzido pelas empresas, observando-se uma redução de 5 pontos percentuais em relação ao ano

anterior, que apresentou a média de 51%.

A empresa com menor geração no período foi a Celpe, com 37% de valor agregado. Abaixo da média ainda ficaram a Cpfel, Coelce e Celpa com 39%, 41% e 42%, respectivamente.

Cabe ressaltar, que as gerações de valor agregado entre as empresas no ano de 2012 oscilaram entre 37% e 54%, mostrando uma variação de 17 pontos percentuais. Isso representa uma diferença entre a empresa que mais agregou e que menos agregou de 17 pontos percentuais. Sendo empresa do mesmo grupo a diferença registrada é bastante significativa.

Entre as empresas analisadas no ano de 2012, cinco agregaram valor acima da média anual, que significa um percentual de 50% das empresas da amostra. Uma empresa ficou na média anual e quatro empresas ficaram abaixo da média.

Quanto ao desempenho na geração de valor agregado pelas empresas em 2012, cabe ressaltar que 8 empresas apresentaram redução de geração de valor agregado, em relação ao ano anterior, as empresas com maior redução de percentual foram a Celpe, que teve uma redução de 14 pontos percentuais em relação ao ano anterior, que passou de 51% (2011) para 37%, em 2012. Também a Coelce teve uma redução de 11 pontos percentuais de geração de valor agregado que de 52% gerado em 2011, apresenta 41% em 2012. As demais empresas que apresentaram redução de geração de valor agregado foram a Celesc, Eletropaulo, Coelba, Celpa, Celpa e Copel. A Cemig manteve o percentual de 2011, ou seja, 54% de geração do valor agregado e apenas a Light cresceu 2 pontos percentuais em comparação ao ano de 2011, passando de 47 para 49%.

3.3.1 Destinação do valor agregado por elemento - ano 2012

O valor agregado pelas empresas é distribuído para quatro elementos: governo, terceiros, pessoal e acionistas. O gráfico 6 mostra como deu-se estas destinações em 2012.

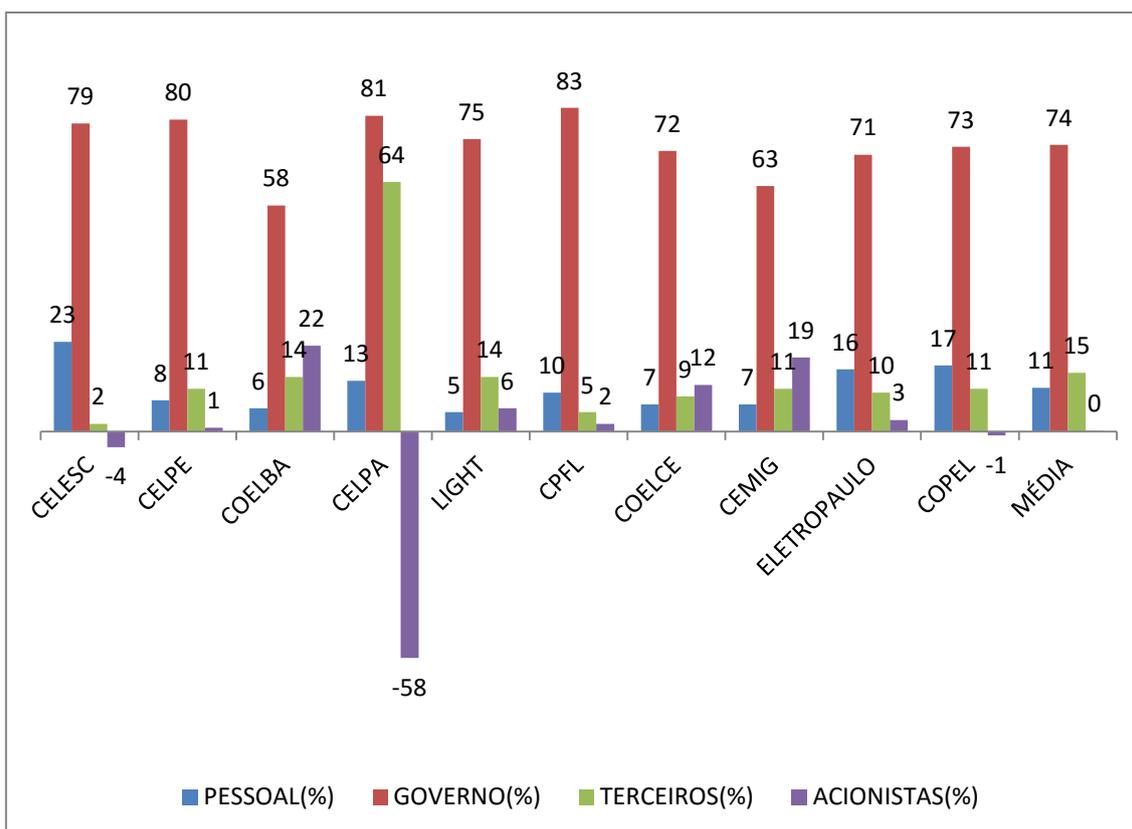


Gráfico 6: Destinação do Valor Agregado por Empresa em 2012.

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Da análise do gráfico 6, percebe-se que o maior percentual de destinação do valor agregado, como dos anos anteriores, é para governo com 74%. O elemento terceiros possui a segunda maior média de distribuição com 15%. O elemento pessoal possui a terceira maior distribuição de valor agregado com 11%. Já acionistas não teve destinação de valor agregado.

Para governo a empresa que mais destinou valor agregado foi a Cpf, com distribuição de 83%, acima da média por 9 pontos percentuais. Também são destaques as empresas Celpe e Celpa com 80% e 81%, respectivamente. Opostamente, as empresas que menos distribuíram valor agregado foram Coelba e Cemig com 58% e 63%, respectivamente.

Para o elemento terceiros a empresa Celpa foi a que mais destinou valor agregado, em termos relativos, com 64% do total. A Celpa mostrou com este percentual o seu alto grau de endividamento perante ao elemento terceiros. A Celesc com 2% e Coelce com 9% foram as empresas que menos destinaram para terceiros. A Celesc mostra uma independência com relação a financiamentos e empréstimos, devido ao baixo percentual de destinação de valor agregado para terceiros.

Para pessoal as empresas de maior destinação de valor agregado foram a Celesc

com 23% e a Copel com 17%. A destinação da Celesc superou a média anual para pessoal em 12 pontos percentuais, tão alto percentual é resultado de distribuições de Participações nos Lucros e Resultados (PLR).

Para acionistas a média anual de distribuição de valor agregado foi nula. Embora 6 empresas tenham destinado para acionistas, em 2012 as empresas em geral reduziram suas distribuições para acionistas. A Coelba e a Cemig foram as empresas que mais destinaram para acionistas, com 22% e 19%, respectivamente. Opostamente as empresas que não destinaram para acionistas e ainda reduziram suas riquezas com distribuição negativa foram a Celpa, Celesc e Copel com -54%, -4% e -1%, respectivamente. Isto é um indicativo de que as empresas registraram prejuízos no exercício de 2012.

Ao comparar graficamente valores para elementos distintos podem mostrar tanto estratégias quanto vantagens competitivas. Algumas empresas priorizam o elemento pessoal, outras, o elemento acionistas. Há empresas que por necessidade de investimentos e empréstimos priorizam terceiros. No entanto, todas as empresas têm como destinação obrigatória governo.

3.4 VALOR AGREGADO POR EMPRESA - ANO 2013

Nesta seção apresentam-se as gerações de valor agregado pelas empresas participantes da amostra referente ao ano de 2013.

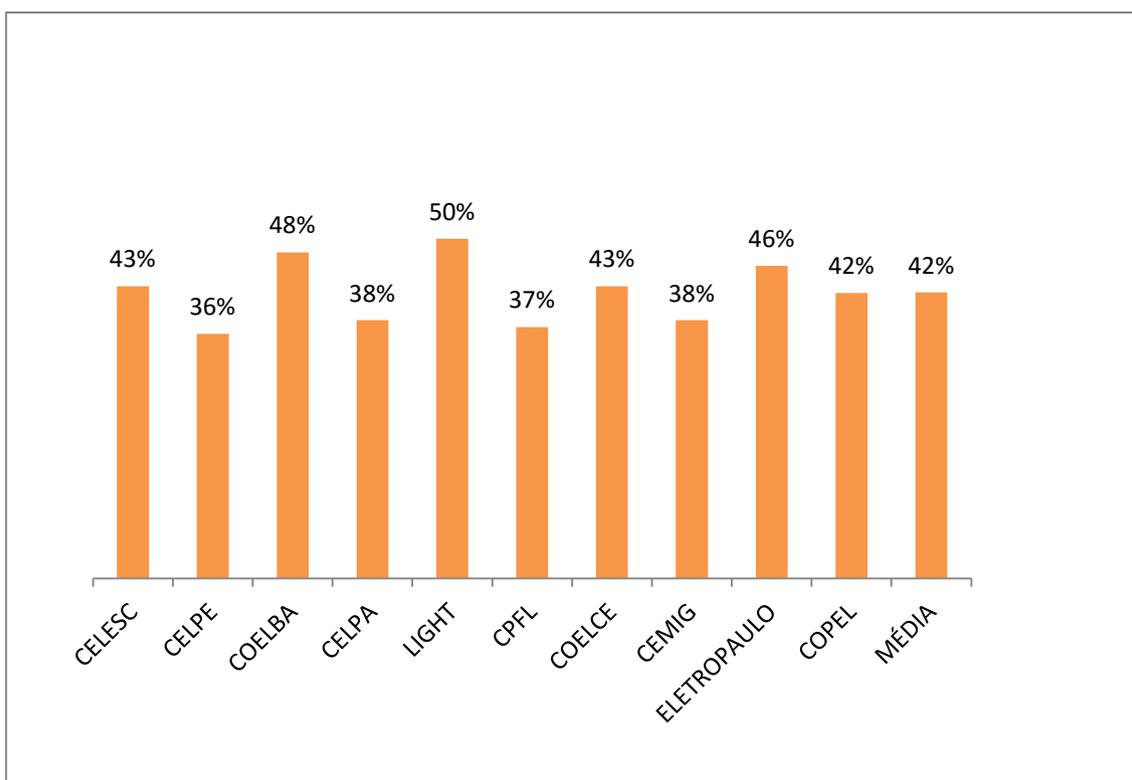


Gráfico 7: Geração Valor Agregado por Empresa em 2013.

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Tendo como base o exercício de 2013, a média do valor adicionado também sofreu uma redução em relação ao exercício ao ano de 2012 apresentando o percentual de 42%, ou seja, 4 pontos percentuais abaixo do exercício anterior que apresentou média anual de 46%. A Celpe e Cplf com 36% e 37% respectivamente, foram as empresas com os menores percentuais de geração de valor agregado. Ainda com percentuais abaixo da média anual têm-se a Celpa e a Cemig, ambas com 38% de geração de valor agregado. A Copel acompanhou a média com 42%. A Light com 50% foi a empresa que mais gerou valor agregado resultante de suas atividades. Esse percentual de 50% representa que a cada real de receita auferida, 50 centavos a empresa agregou de valor. Ainda acima da média estão a Coelba, Eletropaulo, Coelce e Celesc, com os percentuais de 48%, 46%, 43%, as duas últimas empresas, respectivamente.

A Light com 50% e a Celpe com 36% são as empresas que mais e menos geraram valor agregado. Entre ambas há uma oscilação de 14 pontos percentuais e diferença entre a que mais gerou e a que menos gerou valor agregado é de 38,9%, que é significativo, pois tratam-se de empresas do mesmo setor.

Vale ressaltar, que em relação ao ano de 2012 têm-se empresas que reduziram o

percentual de geração de valor agregado, como é o caso da Cemig que passou de 54% para 38%, uma variação de 16 pontos percentuais, também é caso da Copel que passou de 54%, em 2012, para 42% em 2013, uma variação percentual de 12%. Já as empresas Coelce com 43%, a Light com 50% e a Coelba com 48% apresentaram crescimento de percentuais de 2%, 1% e 1%, respectivamente.

Portanto, no ano de 2013, 6 empresas apresentaram redução de geração de valor agregado, enquanto 3 empresas apresentaram crescimento e uma, a Eletropaulo, ficou com 46% de geração de valor agregado.

3.4.1 Destinação do valor agregado por elemento - ano 2013

O valor agregado pelas empresas é distribuído entre os quatro elementos: governo, terceiros, pessoal e acionistas. O gráfico 8 mostra as destinações das empresas referentes ao ano de 2013:

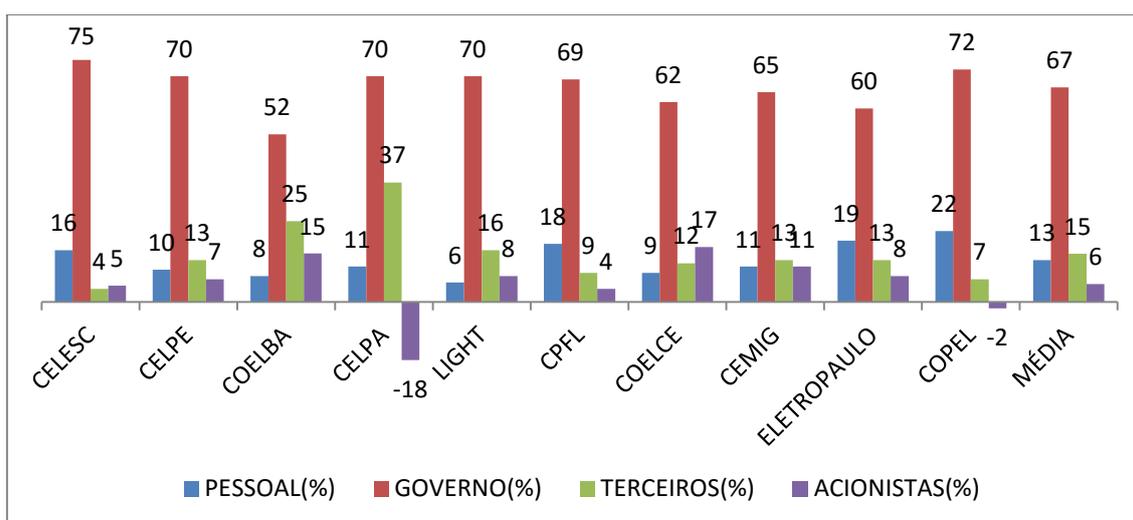


Gráfico 8: Destinação do Valor Agregado por Empresa em 2013.

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Da análise do gráfico fica claro que de acordo com a média, a maior parcela do valor agregado pelas empresas é destinada para o elemento governo com percentual de 67%, e em relação ao ano anterior houve uma redução de 7 pontos percentuais.

Terceiros possui a segunda maior média de distribuição com 15%, mantendo-se constante em relação ao ano anterior e isto mostra que as empresas não tiveram que recorrer a volume maior de financiamentos e empréstimos, comparativamente ao ano anterior. Pessoal aparece com 13% e acionistas com 6% sendo esta a menor parcela de

distribuída no ano de 2013.

Para o elemento governo foi a Celesc com 75%, que mais distribuiu valor agregado e com 8 pontos percentuais acima da média anual. Já empresa que menos destinou foi a Coelba com apenas 52%.

Para o elemento terceiros a Celpa foi a empresa que mais destinou valor agregado, em termos relativos, com 37% do total. Isso indica que a empresa fez uso de recursos de terceiros, ou seja, recorreu a financiamentos e empréstimos. Segundo relatório de administração, a empresa buscou recursos para financiar o programa de investimentos e possuir capital de giro para suas atividades. A empresa que menos destinou valor agregado para terceiros foi a Celesc com apenas 4%.

Para o elemento acionistas houve um crescimento da média anual de 6%, visto que o ano anterior apresentou valor nulo. A empresa que mais destinou, em termos relativos, para o elemento acionista foi a Coelce com 17%, um percentual significativo acima da média anual. As empresas que menos destinaram foram a Celpa e Copel. As duas empresas, além de nada destinarem, ainda registraram um prejuízo no período.

Quanto aos valores percentuais destinados para os elementos beneficiados pela distribuição do valor agregado gerado, as empresas podem demonstrar variações estratégicas aplicadas entre elas. Sendo assim, constata-se que algumas empresas priorizam os acionistas, outras, pessoal ou terceiros. Comparativamente ao ano anterior, as empresas em 2013 priorizaram pessoal e acionistas, em especial, os acionistas. Apesar das empresas aplicar estratégias de distribuição para os elementos beneficiados, todas destinam obrigatoriamente a maior parte do valor agregado para governo.

3.5 VALOR AGREGADO POR EMPRESA - ANO 2014

Nesta seção mostram-se a geração de valor agregado realizada pelas empresas da amostra referente ao exercício de 2014.

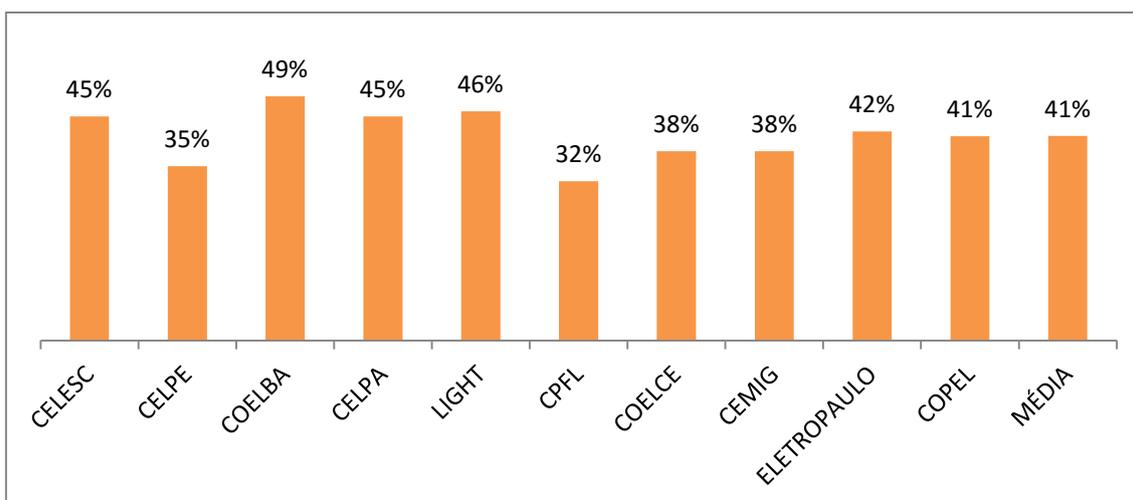


Gráfico 9: Geração do Valor Agregado por Empresa em 2014.

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Do gráfico constata-se que a média de valor agregado gerado pelas empresas, no exercício de 2014, foi de 41%, 1 ponto percentual a menos que no ano anterior. O exercício de 2014 foi o que registrou o mais baixo valor agregado para as empresas, dentre os cinco anos pesquisados.

A empresa com o menor percentual de valor agregado gerado foi a Cpfll com 32%, reduzindo sua geração de valor agregado em 5 pontos percentuais, em relação ao ano anterior. Ainda abaixo da média anual estão a Celpe com 35%, Coelce e Cemig, ambas com 38%.

No período de 2014 ficaram acima da média as empresas Coelba, Light, Celesc, Celpa e Eletropaulo. A Coelba foi a empresa que mais gerou valor agregado com 49%. Isso significa de que a cada real de receita "tomado" da sociedade, 49 centavos foram agregados pela empresa. Embora tenha sido a empresa que mais valor agregou no exercício, a Coelba apresentou apenas um ponto de crescimento percentual em relação ao ano anterior.

Dentre as gerações de valor agregado pelas empresas da amostra, constata-se por meio do gráfico que houve uma oscilação entre 49% e 32%, ou seja, uma variação da ordem de 17 pontos percentuais, acima do ano anterior. Em termos relativos, houve uma variação percentual entre a empresa que mais agregou e a menos agregou na ordem de 53,12%. Para empresas do mesmo setor trata-se de uma variação significativa.

Das empresas analisadas, cinco geraram valor agregado acima da média anual, que significa um percentual de 50%, demonstrando o bom desempenho da empresa. As demais (4) ficaram abaixo da média e uma manteve-se na média anual das empresas.

As empresas que no exercício de 2014 apresentaram crescimento em relação ao ano anterior e que melhoraram seus desempenhos foram apenas três: a Celpa que passou de 38% para 45%, a Celesc que passou de 43% para 45% e a Coelba que passou de 48% para 49%.

3.5.1 Destinação do valor agregado por elemento - ano 2014

As gerações de valor agregado pelas empresas são distribuídas para quatro categorias: governo, terceiros, pessoal e acionistas. O gráfico 10 ilustra as destinações para os elementos, referentes ao ano de 2014.

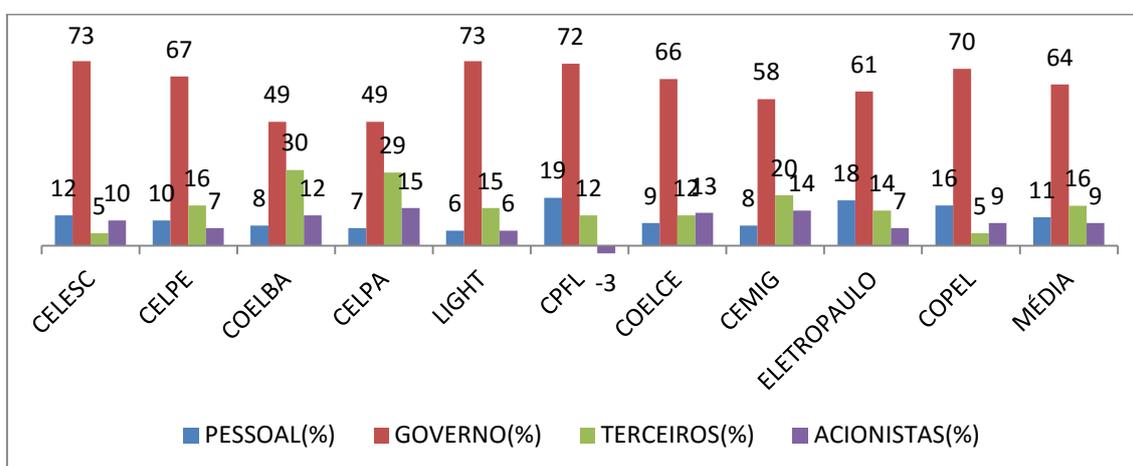


Gráfico 10: Destinação do Valor Agregado por Empresa em 2014.

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Da análise do gráfico 10 constata-se que a maior parcela da geração do valor agregado pelas empresas é destinada para o elemento governo com 64%, e em relação ao ano anterior houve uma redução de 3 pontos percentuais.

Para o elemento a empresa que mais destinou valor agregado foram a Celesc e a Light, ambas com 73%, significativamente acima da média por 9 pontos percentuais. A empresa que menos destinou valor agregado foram a Coelba e Celpa, ambas com 49%.

Para o elemento terceiros, que aparece com a segunda maior média, foi distribuído 16% de valor agregado. Terceiros aumentou 1 ponto percentual em relação ao exercício anterior, isto demonstra que as empresas tiveram de recorrer a mais financiamentos e empréstimos para as suas atividades.

A empresa Celpa foi a que mais destinou valor agregado, em termos relativos,

com 29%. As empresas que menos destinaram foram as empresas Celesc e Copel, ambas com 5%. Pelos percentuais de destinação, há indicação de que a Celpa necessitou de mais financiamentos para gerir seus negócios, enquanto para a Celesc e a Copel essa necessidade foi menor.

Para o elemento pessoal, a Cpfl foi a empresa que mais destinou valor agregado, com 19%. Por outro lado, a Light e a Celpa foram as empresas que menos destinaram valor agregado, com 6% e 7% respectivamente.

Para acionistas, a empresa que mais destinou valor agregado foi a Celpa, em termos relativos, com 15% do total. Significativamente acima da média anual entre as empresas pesquisadas, com 9%. A Cpfl, além de nada destinar para acionistas, mostra que acumulou um prejuízo no exercício de 2014, pois apresentou uma distribuição negativa de 3%.

Cabe ressaltar que independentemente de estratégias aplicadas para gerir seus negócios, como exemplo, priorizar o elemento acionista ou terceiros, ou ainda, pessoal, as empresas destinam a maior parte do valor agregado para governo.

3.6 DISTRIBUIÇÃO MÉDIA POR ELEMENTO - 2010 A 2014

Nesta seção mostra-se a média de distribuição por elemento, no período de 2010 a 2014. As médias apresentadas relacionam-se aos elementos governo, terceiros, pessoal e acionistas e foram encontradas pelo somatório dos percentuais de distribuição do valor agregado por elemento das 10 empresas da pesquisa.

Os percentuais médio dos 5 anos pesquisados foram encontrados pela soma de todos os percentuais do período de 2010 a 2014 para cada elemento e divididos pela quantidade de anos analisados, que resultaram na média do período.

O gráfico 11 mostra como se apresenta a média dos cinco anos analisados, bem como a distribuição do valor agregado por elemento, no período de 2010 a 2014:

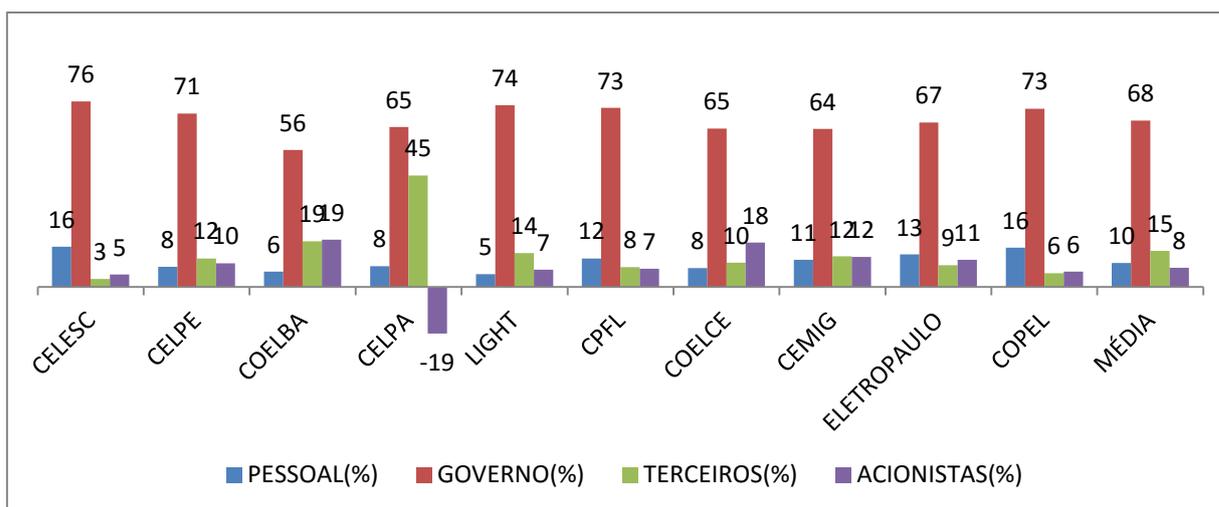


Gráfico 11: Distribuição média do valor agregado por elemento no período de 2010 a 2014.

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

3.6.1 Governo

Governo é o elemento para o qual mais valor agregado é destinado, consumindo em média 68% do total do valor agregado pelas empresas, demonstrando uma elevada carga tributária no Brasil. As empresas estudadas no período que mais destinaram para governo foram a Celesc e Light, com 76% e 74%, respectivamente. Tais percentuais indicam a alta carga tributária a que essas empresas estão submetidas.

Já as empresas que menos destinaram distribuição para governo foram a Coelba e a Cemig, com percentuais de 56% e 64%, respectivamente.

O local onde estão localizadas podem indicar que as empresas com menores destinações para governo estão sendo submetidas a uma redução ou até isenção de impostos.

3.6.2 Terceiros

Representa os concedentes de financiamentos ou empréstimos para as empresas, para empréstimos e investimentos, ou ainda, como capital de giro dos negócios e representam o endividamento da empresa e a parcela da distribuição do valor agregado

que é distribuído aos financiadores externos de capital.

Da análise do gráfico 11, verifica-se que terceiro com 15% de destinação de valor agregado e segundo elemento que recebe a maior parte do valor do agregado.

As duas empresas que mais destinaram para o elemento terceiros foram a Celpa e a Coelba, com 45% e 19%, respectivamente. A Coelba destaca-se por distribuir valor duas vezes mais que a média do período, que é de 15%.

Ainda da análise do gráfico 11, percebe-se que as empresas a destinarem as menores percentagens foram a Celesc e a Copel, com 3% e 6%, respectivamente. Baixos percentuais indicam que as empresas ao destinarem menos valores agregados, encontram-se menos endividadas.

3.6.3 Pessoal

Esta categoria representa os colaboradores ou a mão de obra, principal fator de produção da riqueza gerada pelas empresa. No período analisado da pesquisa esta categoria recebeu a terceira destinação de valor agregado gerado.

A Celesc juntamente com a Copel, ambas com 16% de destinação, foram as empresas que mais valor agregado distribuíram para pessoal, comparando-se a média do período, tais empresas demonstram a valorização dedicada a seu pessoal. Pois as empresas mostram uma distribuição de 6 pontos percentuais acima da média .

As empresas que menos destinaram valor agregado para pessoal foram a Light e a Coelba, com 5% e 6%, respectivamente.

3.6.4 Acionistas

Do ponto de vista financeiro, acionistas são os financiadores do capital interno das empresas, são os portadores de cotas e ações e que buscam por meio de dividendos obter lucros com o capital empregado na empresa.

Da análise do gráfico 11, percebe-se que a destinação para acionistas apresenta a média do período de 8%.

As empresas que mais destinaram valor agregado para o elemento acionistas foram a Coelba, a Coelce e a Cemig, com 19%,18% e 12%, respectivamente.

A Celpa não destinou valor agregado para acionistas e mostra que a empresa apresentou prejuízo durante o período analisado, ou seja, de 2010 a 2014.

Cabe ressaltar que o ano de 2012 foi o exercício em que as empresas apresentaram média de distribuição para acionistas nula e o ano de 2010 apresentou a maior média do período pesquisado, com 14%. Logo, o ano de 2010 foi o que mais se apresentou como o melhor para retorno dos investimentos dos acionistas, no período de 2010 a 2014.

3.7 EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR AGREGADO POR ELEMENTO.

Nesta seção demonstra-se como os elementos da amostra da pesquisa evoluíram no período analisado. Como se apresentaram entre os anos de 2010 a 2014. Os dados utilizados para a análise são as médias anuais de todas as empresas pesquisadas.

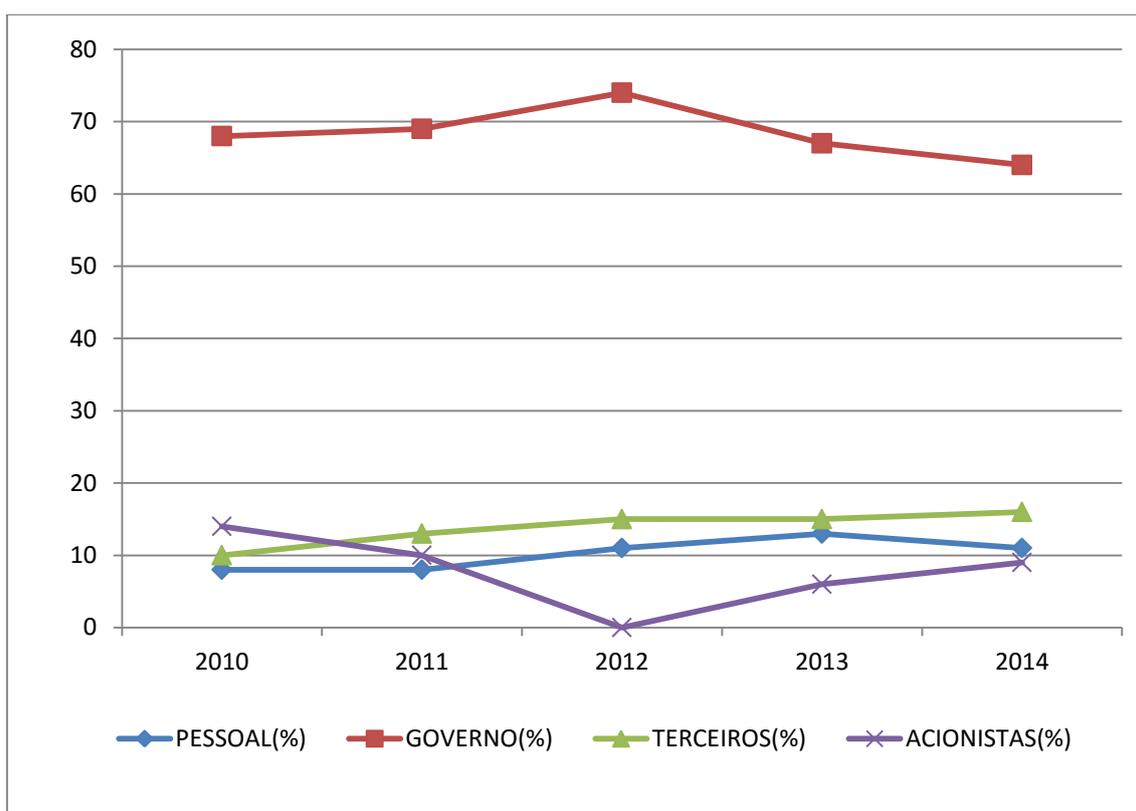


Gráfico 12: Distribuição média do valor agregado por elemento no período de 2010 a 2014.

Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Da análise do gráfico 12 percebe-se que o elemento acionista é o participante

com a menor representação. As variações anuais apresentam-se de forma acentuada.

Sendo que ano de 2010, acionista superou tanto pessoal quanto terceiros. Após o ano de 2010, ano em que apresentou uma distribuição média de 14% , atingiu em 2012 o nível mais baixo, com distribuição nula. Em 2013, apresentou recuperação de 6% e manteve-se crescendo e atingiu o último ano da pesquisa, ano de 2014, com 9%.

Da análise de pessoal, percebe-se que manteve-se estável com o percentual de 8% em 2010, e assim apresentou-se com o mesmo percentual em 2011. Do ano de 2011 para 2013 apresentou um crescimento de 5%, porém em 2014, último ano da pesquisa, percebe-se uma queda de 2%. Apesar de ser uma queda de 2 pontos percentuais, ela representa uma redução de 18,2% de destinação para pessoal.

Da análise de terceiros, percebe-se pelo gráfico 12 que houve uma evolução deste elemento na composição de destinação do valor agregado pelas empresas. Embora se mantivesse constante nos anos de 2012 e 2013 com percentuais de 15%, nos demais anos apresentou crescimento. Nos anos de 2010, 2011 e 2014, apresentou os percentuais de 10%, 13% e 16%, respectivamente.

Para o elemento governo, constata-se no gráfico 12 que independentemente de sua variação, sempre é o elemento para o qual é destinado o maior percentual de distribuição de valor agregado pelas empresas. Governo apresentou crescimento de 1% de 2010 para 2011, passou de 68% para 69%. No período pesquisado o maior acréscimo para governo foi no ano de 2012, que registrou um percentual de 74%, ou seja, do ano de 2011 para 2012 apresentou um crescimento de 5 pontos percentuais. Isso significa uma variação percentual de 7,25% na carga tributária. Em 2013, o elemento governo já apresentou uma queda de 7 pontos percentuais, passando de 74% para 67%. Em 2014, apresentou uma destinação para governo de 64%, ou seja, continuou em queda a partir de 2012.

Cabe ressaltar que tal queda de distribuição de valor agregado para governo, levando-se em consideração o primeiro ano da pesquisa (2010) e o último ano da pesquisa (2014), a variação percentual foi de 4%. A percentagem de distribuição para governo é justificada pela alta carga tributária praticada no Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente capítulo serão apresentadas as conclusões deste estudo bem como a as recomendações de trabalhos futuros.

4.1 CONCLUSÕES

O presente estudo teve como objetivo geral verificar o destino da geração do valor agregado pelas 10 maiores empresas de distribuição de energia elétrica do Brasil, em número de consumidores (ABRADEE), no período de 2010 a 2014, com ações na BM & FBOVESPA.

Os resultados obtidos proporcionaram atender tanto ao objetivo geral como também aos específicos. Da análise do presente estudo conclui-se que a categoria Governo destina-se o maior percentual do valor adicionado, chegando a atingir percentuais acima de 60% da destinação do valor agregado pela empresa. Portanto, conclui-se que devido a uma alta carga tributária imposta ao setor de distribuição de energia elétrica, tem como consequência um alto percentual de destinação do valor agregado pelas empresas.

O restante do valor agregado fica dividido entre os demais elementos que financiam as empresas para a gerir suas atividades, ou seja, são eles: terceiros, acionistas e pessoal. Com exceção do ano de 2010, terceiros teve a segunda destinação de valor agregado, ficando pessoal com terceira destinação e acionistas com a menor destinação do valor agregado.

A fim de se estabelecer relações comparativas de valores quanto a destinação do valor agregado entre os elementos beneficiados pela distribuição e as empresas que em percentuais maiores ou menores destinaram seus valores agregados serão descritos abaixo como ocorreu essa distribuição: i - para governo, as empresas que mais destinaram foram: Celesc, Light, Copel e Cpf. As empresas Coelba, Cemig foram as que menos destinaram. É possível que a Região ou Estados, onde estas empresas estão inseridas tenham uma incidência de carga tributária menor e influenciam diretamente na distribuição do valor adicionado; ii - para terceiros, a Celpe, a Coelba, Celpe e a Cemig ambas com mesmo percentual, foram as que mais destinaram riquezas para Terceiros. Por sua vez, a Celesc, a Copel, a Cpf foram as que menos destinaram.

Ao se analisar o percentual distribuído para Terceiros, pode-se avaliar o grau

de endividamento e, conseqüentemente, a saúde financeira da empresa.

Assim, as empresas que menos destinaram mostram uma situação favorável relativa a financiamentos e empréstimos externos; iii - para pessoal, as empresas que mais destinaram riquezas foram: Celesc, Eletropaulo e Cpfl. As empresas que menos destinaram foram: a Light e a Coelba.

Vários fatores podem refletir um percentual baixo ou alto quando se trata da destinação de riquezas para pessoal: redução de postos de trabalho; regiões onde as empresas estão localizadas, bem como terceirização da mão de obra; investimentos em aperfeiçoamento da mão de obra.

Embora nos dois primeiros anos fosse o menor percentual da destinação da riqueza, os três últimos anos demonstraram crescimento para pessoal.

Donde se deduz que as empresas participantes tenham investido nesta área buscando valorizar a categoria pessoal; e, finalmente, iv - para acionistas as empresas que mais destinaram foram: a Coelba, a Coelce e Cemig. Por sua vez, as que menos distribuíram foram: a Celpa e a Celesc. O destaque para as empresas pesquisadas foi a Celpa que, durante todos os anos pesquisados, apresentou valores negativos de distribuição de valor agregado para os acionistas.

Durante os três primeiros anos, as empresas apresentaram percentuais decrescentes para acionistas, sendo que nos dois últimos períodos apresentaram crescimento significativo. Os percentuais para acionistas indicam a capacidade lucrativa das empresas, pois é uma forma da empresa atrair investidores para suas atividades, e para os acionistas uma forma de remuneração pelo capital empregado na empresa. À medida que mais alto for o percentual para acionistas, maior é a capacidade lucrativa da empresa, assim como o inverso indica a menor capacidade lucrativa da empresa.

Para atender ao objetivo quanto evolução das distribuições do valor agregado, cabe ressaltar que o elemento governo até o ano de 2012 houve um acréscimo de percentual em relação ao período inicial da pesquisa, nos demais anos houve uma queda significativa de percentuais de destinação do valor agregado. Já terceiros apresentou crescimento de 6 pontos percentuais em relação ao início do período da pesquisa, um crescimento gradativo mas constante. Acionistas apresentou queda acentuada de destinação do valor adicionado nos anos de 2011 e 2012, sendo que em 2012 não houve destinação alguma de valor agregado, ou seja, teve destinação nula. Entretanto, apresentou um crescimento gradativo nos dois últimos anos (2013 e 2014), chegando em 2014 com 9% de destinação de valor agregado, que demonstra uma evolução da

capacidade de distribuir valor adicionado. Pessoal, por sua vez, manteve-se constante nos dois primeiros anos(2011 e 2012),com o percentual de 8% . Nos dois últimos dois anos teve um crescimento de 3% (2013) e 4% (2014), chegando o último ano da pesquisa (2014) com 14% de destinação.

Quanto a realização do estudo proporcionou ao autor um conhecimento sobre a DVA, que existia de forma superficial. O que mudou foi o nível de importância a ela atribuída pela proporção de conhecimento adquirido, durante a realização do estudo.Assim, do tema abordado é possível compreender a relevância da DVA como informação contábil e sua importância como ferramenta na divulgação de dados relevantes tanto para os profissionais quanto para a sociedade em geral, que dela se utiliza.

No que diz respeito ao setor escolhido, o estudo se justificou por tratar-se de um setor em crescimento e que atualmente gera intensos debates, tendo em vista as mais diferentes formas de obtenção de energia elétrica e a constante preocupação em obter fontes alternativas de energia que tragam o menor impacto para o meio ambiente.

4.2 SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

Com a intenção de contribuições para estudos futuros referentes ao tema têm-se os seguintes tópicos:

Realizar pesquisa com o mesmo setor da economia,mas que envolvam a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Desenvolver pesquisas com empresas de outro setor;

Pesquisar, confrontar e avaliar os resultados da DVA com setores diversos.

REFERÊNCIAS

ABRADEE – Associação brasileira de energia elétrica. **Bandeiras tarifárias: o uso institucional da energia elétrica**. Disponível em: www.abradee.com.br. Acessado em: 26 de março de 2015.

Adicionado. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, n 149, p. 89-97, setembro/ outubro, 2004

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica**. Brasília, 26 de outubro de 2001. Disponível em <http://www.aneel.gov.br/>>. Acesso em 31 de março de 2015.

ALMEIDA, N. S.; MARTINS, V. F.; ALMEIDA, L. S.; SOARES, M. J. F. A utilização da Demonstração do Valor Adicionado na análise da produção e distribuição de riqueza entre os stakeholders: um estudo de caso da Petrobrás. Revista de Informação Contábil – RIC, v.3, n1, p. 134-148, 2009.

ASHLEY, P.A. (coordenação). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

ATKINSON, Anthony A. et al. **Contabilidade gerencial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BERGAMASHI, Sidnei; REINHARD, Nicolau. **Implementação de sistemas para gestão empresarial**. Disponível em: www.fia.com.br/professores/reinhard/artigos Acesso em: 26 maio 2015.

BEUREN, Ilse Maria (Org.) Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. São Paulo: Atlas, 2003.

BEUREN, Ilse Maria. **Gerenciamento da informação: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial**. São Paulo: Atlas, 2008.

BM & FBOVESPA. Disponível em: <http://www.bovespa.com.br> . Acesso em 05 de abril 2015.

BRASIL, Ministério de Minas e Energia. **Manual Informativo Tarifário Energia Elétrica**. Informativo, 18ª edição. 2º Quadrimestre, 2014;

BRASIL, PRESIDENCIA DA REPUBLICA DO. **Lei 12.212 de 20 de janeiro de 2010**. Casa civil. Disponível em: www.planalto.gov.br . Acessado em 31 de maio de 2015.

BRASIL, PRESIDENCIA DA REPÚBLICA DO. **Lei 9.991 de 24 de julho de 2000**. Casa civil. Disponível em www.planalto.gov.br . Acessado em 31 de maio de 2015.

BRASIL, Presidência da República. **Lei No 11.638 de 28 de dezembro de 2007, revoga e altera as leis 6.404 de 1976 e a lei 6.385 de 1976**. Disponível em: www.planalto.gov.br , acessado em 03 de junho de 2015.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIARIOS. Disponível em: <http://www.cvm.org.br/Port/Atos/Oficios/OF-CVM-SEP-01-2008.asp>. Acesso em 10 março de 2015

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Disponível em:

<http://www.cpc.org.be/noticiais50.htm>. Acesso em 08 de maio 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade. Brasília: CFC, 2003.

CONSERN, companhia energética do Rio Grande do Norte. Disponível em: www.consern.com.br . Acessado em 03 de abril de 2015.

COSENZA, J.P. 2003. **A eficácia informativa da Demonstração do Valor Adicionado**. Revista Contabilidade e Finanças. Edição especial, USP, São Paulo, ano XIV, p.7-29, out/2003.

CUNHA, Jacqueline Veneroso A.; RIBEIRO, Maisa de Souza; SANTOS, Ariovaldo dos. **A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza**. Revista Contabilidade e Finanças, São Paulo, n. 37, p. 7-23, jan/abr. 2002

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da RIBEIRO, Maisa de Souza. **O papel da demonstração do valor adicionado na avaliação da responsabilidade social das empresas**. Disponível em: <http://www.eac.fea.usp.br/congressousp/congresso3>. Acesso em 08 abril 2015.

D'ANDRÉA, G. A participação dos empregados na distribuição da riqueza gerada pelas maiores empresas do setor elétrico da região do sul do Brasil a partir dos dados evidenciados na demonstração do valor adicionado. artigo apresentado a faculdade de ciências econômicas da UFRGS, como requisito para a obtenção do título em bacharel em ciências contábeis. UFRGS: 2011.

DE LUCA, Márcia; OLIVEIRA, Marcelle Colares; PINHO, Débora Rodrigues; SANTOS, Sandra Maria dos. **Responsabilidade Social Corporativa: um Estudo sobre o Comportamento das Distribuidoras de Energia Elétrica da Região Nordeste**. Disponível em: <http://www.eac.fea.usp.br/congressousp>. Acesso em 05 maio/2015.

DE LUCCA, M. M.M DE, Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998.

DONAIRE, D. Gestão Ambiental na Empresa. Editora: Atlas, São Paulo, 2011.

ETHOS, INSTITUTO. **Perguntas frequentes**, 2008. Disponível em: www.ethos.org.br, acessado em 12 de maio de 2015.

FEA - FIPECAFI. Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades. 5ª Ed. São Paulo, Atlas, 2000.

GALLIZO, L.J.L. O valor na informação contábil da empresa: análises e aplicações. ICAC: 1990.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª Ed. São Paulo, Atlas, 2002.

HENDRICKSEN, E. S e B. **Teoria da contabilidade**. Tradução Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto R.; SANTOS, Ariovaldo dos. Manual de Contabilidade Societária (aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC). São Paulo: Atlas, 2009.

IUDICIDUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável também às demais sociedades**. 6a. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

KROETZ, César Eduardo Stevens; NEUMANN, Marguit. **Demonstração do Valor Adicionado em Universidades**. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n 132, p. 46-57, abril/2000.

LACATOS, E. M; MARCONI, M de A. metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatórios, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 1985.

LAGIOIA, Ubelina T. **pronunciamentos contábeis na prática**. Vol. 4, São Paulo: Atlas, 2014.

LOPES DE SÁ, Antônio. **Contabilidade e Balanço Social**. 2003. Disponível em <http://www.lopesesa.com.br/contabsoc.htm>. Acesso em 21 de maio fevereiro de 2015.

MACHADO, Esmael Almeida. MIRANDA, L. C.; SILVA, A. P. F.; RAMOS, W. J. O.; SOUZA, E. X. **Destinação de riqueza aos empregados no Brasil: comparação entre empresas estatais e privadas do setor elétrico**. Revista Contabilidade & Finanças, USP, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 110-122, maio/agosto 2009.

MACHADO, M. A. V.; MACEDO, M. A. S.; MACHADO, M. R. **Análise do Conteúdo Informacional da DVA no Mercado de Capitais Brasileiro**. 11º Congresso USP de Controladoria e contabilidade. 2011.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos: inclui o ABC**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MIRANDA, L. C.; SILVA, A. P. F.; RAMOS, W. J. O.; SOUZA, E. X. **Análise Financeira da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) das empresas do setor elétrico brasileiro**. Contabilidade Vista e Revista, v. 13, n. 3, p. 71-92, (2002).

MORCH, R. B., et al. Demonstrativo do valor adicionado como instrumento de análise do impacto tributário para empresas no setor elétrico. Revista de informação contábil – UFPE, Recife, V. 2, N. 4. 2008.

NAKAGAWA, Masayuki. **ABC: custeio baseado em atividades**. São Paulo: Atlas, 1993.

NEVES, S. VICENCONTI, P.E.V. Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras. 8ª Ed. São Paulo: 2003.

NOBRE, L. V.; MENDES, F. Demonstração do Valor Adicionado: comparação entre as informações prestadas com a aplicação ou não da Correção Monetária Integral na demonstração contábil – Um estudo exploratório. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/24045166/1382865524/name/00000033.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2015.

PEROTTONI, Marco Antônio. **Balanço Social**. In: VIII Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul - Profissão Contábil: o Futuro Hoje, 2001, Gramado, RS, Anais. Gramado: CRCRS, 2001, p. 101-114, v.1.

PIRES, J. C. L. **O Processo de Reformas do Setor Elétrico Brasileiro**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 137-168, dez. 1999. 15

RIBEIRO, M. S.; SANTOS, A. **Avaliação das distribuidoras de energia Elétrica a partir da DVA**. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE FINANÇAS. São Paulo. Anais. São Paulo, 2003.

ROCHA, K.; BRAGANÇA, G. F.; CAMACHO, F. **Remuneração de capital das distribuidoras de energia elétrica: uma análise comparativa**. Revista Brasileira de Energia, 2005. v. 11, n.2.

RODRIGUES, A. A. **Custos e valor adicionado: a nova medida de eficácia da gestão**. Revista brasileira de contabilidade, N 36, Rio de Janeiro, 1981.

SAMPAIO, L. B. M.; RAMOS, F. S.; SAMPAIO, Y (2005). **Privatização e Eficiência das Usinas Hidrelétricas Brasileiras**. Revista de Economia Aplicada. vol. 9, no.3, Ribeirão Preto. Jul/Set.

SANTOS, Aldemar de Araújo. Estudo de Impacto de Sistemas Informáticos integrados de Gestão de Instituições de Saúde do Brasil: uma abordagem sobre desempenho. 294 f. Tese (Doutorado em Sistemas de Informação). 2002.

SANTOS, Arivaldo dos. **Demonstração do Valor Adicionado: como o elaborar e analisar a DVA**. -- São Paulo: Atlas, 2007

SANTOS, M. I. C.; HASHIMOTO, M. S. Utilização da Demonstração do Valor Adicionado – DVA como ferramenta na medição de riqueza no setor de telefonia no Brasil. Pensar Contábil, Rio de Janeiro, v. 11, n. 46, p. 39 - 45, out./dez. 2003.

SILVA, Luciano Grubba; PESSOA, Marcelo Schneck de Paula. **Uma Visão dos Sistemas ERP**. Disponível em: www.unip.br/websites/posgraduacao/engproducao. Acesso em: 28 de maio de 2015.

TEODORO, J.D. Estrutura de geração e distribuição do valor adicionado e rentáveis de ações das companhias listadas na BM & BOVESPA no período de 2007 – 2010. Dissertação de mestrado na área de concentração de contabilidade e finanças do setor de ciências sociais aplicadas. UFPR: 2012.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balço Social e a Contabilidade no Brasil**. Caderno de Estudos n° 9 –São Paulo –FIEPECAFI, Outubro /1984.

TORRES, C. **Responsabilidade social e transparência**. Boletim do Ibase, Rio de Janeiro, N.10, Julho: 2007.

VALE, R.N. de A do. Demonstração do valor adicionado: um estudo na distribuição do valor agregado nas maiores empresas distribuidoras de energia elétrica do Brasil. Monografia apresentada para o título de bacharel em ciências contábeis. UFSC: 2009.

VALOR ECONOMICO. Disponível em: www.valor.com.br .acessado em 06 de abril de 2015.

VANZELLA, Clailde. **Metodologia para implantação da contabilidade por atividades em empresas distribuidoras de energia elétrica**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2003.